

**ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**Priscila Moreira Borges**

**TRABALHADORAS DO BRASIL, UNI-VOS: A CENTRAL ÚNICA DOS  
TRABALHADORES (CUT) - UMA HISTÓRIA ESCRITA SOB UMA  
PERSPECTIVA DE GÊNERO**



**Niterói, agosto de 2018**

**PRISCILA MOREIRA BORGES**

**TRABALHADORAS DO BRASIL, UNI-VOS: A CENTRAL ÚNICA DOS  
TRABALHADORES (CUT) - UMA HISTÓRIA ESCRITA SOB UMA  
PERSPECTIVA DE GÊNERO**

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

**Orientadora:** Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo

Niterói/RJ  
Agosto/2018



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL  
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM POLÍTICA SOCIAL  
MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL**

**Priscila Moreira Borges**

**TRABALHADORAS DO BRASIL, UNI-VOS: A CENTRAL ÚNICA DOS  
TRABALHADORES (CUT) - UMA HISTÓRIA ESCRITA SOB UMA  
PERSPECTIVA DE GÊNERO**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo (UFF) - Orientadora**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Nivia Valença Barros (UFF)– 1<sup>a</sup> Examinadora**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lilia Guimarães Pougy (UFRJ) – 2<sup>a</sup> Examinadora**

---

**Prof<sup>ª</sup>. Dra. Glória Maria Moraes da Costa (Faculdade Mackenzie Rio) – 1<sup>a</sup> Suplente**

Niterói/RJ  
Agosto/2018

### **Dedicatória**

Ao Bruno, meu companheiro de vida e sonhos.

À minha mãe, a minha inspiração de força e luta das mulheres.

Ao meu pai, por ser meu exemplo de garra e perseverança.

À minha irmã, por ser a minha melhor amiga.

Às mulheres trabalhadoras do mundo.

## **Agradecimentos**

“Sonho que se sonha só  
É só um sonho que se sonha só  
Mas sonho que se sonha junto é realidade”  
(Raul Seixas - Prelúdio - 1974)

Esta dissertação foi construída por muitas mãos.

Agradeço ao meu companheiro Bruno, por não me deixar desistir, por acreditar em mim, e por me dar forças e se empenhar ao meu lado para que essa dissertação fosse uma realidade.

Agradeço ao meu pai Franciso, à minha mãe Wanilda e a minha irmã Gabriela por sempre sonharem junto comigo. À minha grande família, que está sempre ao meu lado, no nome dos meus sobrinhos e sobrinhas: Eric, Hugo, Beatriz, Isadora, Tom e Flora.

Aos meus fiéis companheiros das noites viradas em claro para a conclusão deste trabalho: Vladimir, Arya e Nina.

À minha orientadora, Hildete Pereira de Melo, por toda sua sensibilidade e comprometimento com essa pesquisa que foi compartilhada por nós ao longo desses dois anos. Além disso, agradeço imensamente por sua generosidade em dividir seus conhecimentos, e parceria para resolver os dilemas que apareceram ao longo desse rápido percurso.

Agradeço à Professora Rita de Cássia por me ensinar durante o estágio docência que é preciso muita empatia, solidariedade e perseverança para entrar na carreira docente, e por acreditar no meu potencial. E a professora Nívia Barros, por todos os conselhos, sugestões, e entusiasmo com esta pesquisa.

Às amigas e companheiras desta jornada do mestrado: Wilma e Josélia que foram grandes responsáveis para que eu resistisse até o fim.

À Rosana Martino que me acompanhou em mais de três anos de análise e me fez encontrar minhas potencialidades e administrar melhor meus limites e ansiedades.

À Cristiane Batista e à toda a escola de Ciência Política da UNIRIO, pela base de conhecimento e reflexão que me deram e assim me possibilitaram chegar ao mestrado.

Agradeço a toda a militância feminista, em especial às companheiras da Marcha Mundial das Mulheres, que me fizeram, ao longo desses anos, encontrar no feminismo um sentido para minha vida acadêmica e profissional.

Ao amigo e à amiga de todas horas, que nunca me abandonam, Luan Carlete e Luisa Serfaty, por todo o companheirismo e cumplicidade nessa troca.

À Talita Tansheit, minha amiga e revisora oficial de textos acadêmicos, que não mediu esforços em me ajudar nesses anos de pesquisa.

Aos meus colegas e minhas colegas de trabalho, no nome de Regina Toscano e Wadih Damous, agradeço pela compreensão das minhas ausências para concluir a pesquisa e a força dada por todos e todas para que eu terminasse essa jornada.

À Luiz Inácio Lula da Silva, preso político no Brasil, e à Dilma Rousseff, que ao longo de seus governos promoveram políticas de ampliação e investimento na educação, como o REUNI e o novo ENEM, que me permitiram sair do interior do Espírito

Santo para cursar uma graduação em Ciência Política numa universidade pública e hoje terminar o mestrado em Política Social em mais uma instituição pública.

À Marielle Franco, brava lutadora do feminismo e das causas sociais, vítima de um assassinato político no Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018, por toda dedicação à luta das mulheres e a inspiração de garra e perseverança.

## RESUMO

O aumento da presença das mulheres brasileiras no mercado de trabalho na década de 1970 gerou também consequências para a base do movimento sindical feminino. Essa dissertação pretende contribuir para a discussão entre o feminismo e o sindicalismo brasileiro analisando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a implantação de uma política de gênero em seu interior (inserção nas diretorias; instâncias internas de organização das mulheres; pautas específicas encampadas pela entidade) desde a sua fundação em 1983 até o ano de 2010. A escolha da CUT se deu por esta ser a maior central sindical do país e a pioneira na discussão de gênero em suas instâncias. Foi utilizada a metodologia qualitativa, especificamente análise documental das resoluções dos congressos nacionais da entidade (CONCUT).

A partir da discussão sobre a divisão sexual do trabalho e suas consequências, bem como uma análise histórica sobre a presença das mulheres no movimento sindical, foi feito um estudo de caso sobre CUT. Ao longo dos Congressos da entidade é possível destacar algumas medidas importantes para o debate de gênero no interior da central como: em 1986 a proposta da criação de uma “Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora - CQMT” dentro da entidade; em 1991 a aprovação em plenário de uma resolução da luta pela legalização do aborto, o que acabou por legitimar a entrada da CUT futuramente na Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos; em 1994 a aprovação da orientação política de cota mínima de 30% e máxima de 70% para cada gênero nas diretorias da entidade; em 2003 a criação das Secretarias Nacional e Estaduais sobre a Mulher Trabalhadora. A partir disso analisamos também a presença feminina nos espaços de direção da entidade.

**Palavras-Chave:** Divisão Sexual do Trabalho; Participação política feminina; sindicalismo; mulheres sindicalistas; CUT; Gênero e Representação política



## ABSTRACT

The increase in the presence of Brazilian women in the labor market since the 1970s also had an impact on the grassroots of the women's trade union movement. This thesis intends to contribute to the discussion about feminism and Brazilian trade unionism by analyzing the *Central Única dos Trabalhadores* (CUT – Single Union Confederation) and its implementation of a gender policy (insertion in the various directorates of CUT; internal women's groups; specific demands made by the organization) from its foundation in 1983 to 2010. CUT was chosen as it is the largest trade union confederation in the country and a pioneer in the discussion of gender in its various bodies. Qualitative methodology was used, more specifically the documentary analysis of the resolutions of its national congresses (CONCUT).

Based on the discussion of the sexual division of labor and its consequences, as well as a historical analysis of the presence of women in the trade union movement, a case study of CUT was carried out. Certain important measures for the debate of gender within CUT can be highlighted during these congresses, including: in 1986 the proposal of the creation of a 'Commission for the Question of the Woman Worker – CQMT' within CUT; in 1991 the approval of a resolution in favor of campaigning for the legalization of abortion, which legitimated CUT joining afterwards the National Feminist Network of Health and Reproductive Rights; in 1994 the approval of the policy guideline for a minimum level of 30% and maximum of 70% of each gender in its directorates; in 2003 the creation of National and State Secretariats for Women Workers. After this the presence of women in the leadership of CUT itself is analyzed.

Keywords: Sexual Division of Labor; Women's Political Participation; Trade Unionism; Women Trade Unionists; CUT; Gender and Political Representation

## **LISTA DE TABELAS**

- Tabela 1 – Distribuição percentual da população ocupada com carteira assinada – P. 25
- Tabela 2 - Distribuição percentual da população ocupada sem carteira assinada – P. 25
- Tabela 3 – População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade – Brasil – 2015 – P. 26 e 27
- Tabela 4 – Rendimento médio mensal de todas as fontes da população ocupada de 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e localização do domicílio – Brasil – 2015 – P.27 e 28
- Tabela 5 – Pessoas de 10 ano ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e associadas a sindicato, por situação de domicílio e sexo, no Brasil – 1992 à 2009 – P. 48
- Tabela 6 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 1984 – P. 52
- Tabela 7 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 1986 – P. 56
- Tabela 8 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 1988– P. 58
- Tabela 9 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 1991– P. 60
- Tabela 10 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 1994– P. 62
- Tabela 11 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 1997– P. 65
- Tabela 12 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 2000 – P. 67
- Tabela 13 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 2003 – P. 70
- Tabela 14 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 2006 – P. 72
- Tabela 15 - Proporção de cargos de direção da CUT, segundo sexo – 2009 – P. 74

## **LISTA DE GRÁFICOS**

- Gráfico 1 – Proporção da População de 16 anos ou mais de idade que cuida de afazeres domésticos, por sexo – Brasil – 1995 à 2015 – P. 23
- Gráfico 2 – Média de Horas Semanais Dedicadas a afazeres Domésticos da População de 16 anos ou mais de idade, por sexo – Brasil – 2001 à 2015 – P. 24
- Gráfico 3 – Proporção de ocupados/as sindicalizado/as de 16 anos ou mais de idade, segundo setor de atividade – Brasil, 1995 à2015 – P. 45

Gráfico 4- Proporção de homens ocupados sindicalizados de 16 anos ou mais de idade segundo setor de atividade – Brasil- 1995 à 2015 – P.46

Gráfico 5 – Proporção de mulheres ocupadas sindicalizadas de 16 anos ou mais de idade segundo setor de atividade – Brasil – 1995 à 2015 – P. 47

Gráfico 6 – Progressão da participação na diretoria executiva da CUT, por sexo – P. 75

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

Anampos - Associação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais  
APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo  
CF- Constituição Federal  
CGT – Comando Geral dos Trabalhadores  
CNMT – Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora  
CNTI – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria  
CONCUT – Congresso Nacional da CUT  
CQMT – Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora  
CUT – Central Única Dos Trabalhadores  
FENASPS – Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
MR8 – Movimento Revolucionário Oito de Outubro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio  
PT – Partido dos Trabalhadores

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO I – TEORIA FEMINISTA - DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CONCEITOS E CONTEXTOS.....	18
1.1 Divisão Sexual do Trabalho.....	18
1.1.1. Público x Privado.....	20
1.1.2 Trabalho Produtivo x Trabalho reprodutivo.....	22
1.2. A mulher no espaço público: várias faces de uma mesma opressão.....	29
1.2.1 A participação das mulheres na vida pública: temas e questões.....	30
CAPÍTULO II – A VIDA POLÍTICA DAS MULHERES TRABALHADORAS: DAS OPERÁRIAS DO CHÃO DE FÁBRICA AOS SINDICATOS BRASILEIROS.....	34
2.1. Breves comentários sobre a luta das mulheres trabalhadoras no Brasil: do início do século XX à ditadura militar .....	34
2.2. O surgimento da CUT: contexto e origens.....	39
2.3. O encontro do sindicalismo e do feminismo.....	42
2.4 As mulheres e os sindicatos: uma análise dos números.....	44
CAPÍTULO III - A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: UMA HISTÓRIA ESCRITA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO.....	51
3.1 - 1º Congresso Nacional da CUT – 1984.....	52
3.2 - 2º Congresso Nacional da CUT – 1986.....	53
3.3 - 3º Congresso Nacional da CUT – 1988.....	57
3.4 - 4º Congresso Nacional da CUT – 1991.....	59
3.5 - 5º Congresso Nacional da CUT – 1994.....	61
3.6 - 6º Congresso Nacional da CUT – 1997.....	64
3.7 - 7º Congresso Nacional da CUT – 2000.....	67
3.8 - 8º Congresso Nacional da CUT – 2003.....	69
3.9 - 9º Congresso Nacional da CUT – 2006.....	71
3.10 - 10º Congresso Nacional da CUT – 2009.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
ANEXOS.....	85

“Quando uma mulher entra na política, muda a mulher.  
Quando muitas mulheres entram na política, muda a política”.  
Michele Bachelet

## INTRODUÇÃO

“Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009. p. 361). Com esta frase, Simone de Beauvoir abre o segundo volume de sua obra mais famosa: O segundo sexo. Quando em 1949 lançou a primeira edição do livro, Beauvoir tentava questionar os papéis atribuídos pela sociedade às mulheres, apontando que estes não eram destinos biológicos, mas sim imposições sociais.

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora este produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 2009, p.361)

A verdade é que a construção social do papel das mulheres é o grande pano de fundo das teorias feministas. Afinal, qual é o papel das mulheres na sociedade? Qual é o seu espaço? Qual a sua importância? É por isso que, em determinado momento da história, as mulheres começam a agir de maneira mais organizada para garantir direitos iguais.

No Brasil tivemos importantes personagens que participaram das primeiras conquistas das mulheres no país, como Teresa de Benguela, que foi rainha do quilombo do Piolho durante o século XVIII e liderou a resistência indígena e quilombola no local até 1770, quando o quilombo foi atacado e destruído. Ou ainda, Nísia Floresta, professora e poetisa brasileira nascida no início do século XIX, talvez uma das primeiras mulheres a romper as barreiras entre o espaço público e privado publicando artigos em jornais e livros sobre os direitos das mulheres, em um tempo em que este era sequer um debate. Nísia é considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil. Temos também Bertha Lutz que, depois de se inspirar com os movimentos feministas da Europa, retornou ao Brasil e foi uma das maiores referências na luta pelo sufrágio feminino, sendo uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922.

A luta das mulheres brasileiras para ocupar o espaço público e participar da vida política como cidadãs de direitos é antiga e muitas vezes esquecida. Os homens foram os reais sujeitos de direitos de nossa história. A eles coube o espaço público, o reconhecimento e a representatividade. O Brasil é um dos campeões mundiais em baixa representação

feminina na política. Para se ter uma ideia, nas américas, estamos apenas à frente do Haiti em termos de representação parlamentar feminina. Na última eleição de 2014, das 513 cadeiras da Câmara Federal, as mulheres ocuparam apenas 51, o que significa aproximadamente 10% do total, enquanto no senado foram um pouco melhores, batendo a casa dos 16% com 13 senadoras num universo de 81 cadeiras.

Quando conquistaram o direito ao voto, em 1932, as mulheres adquiriram também o direito de ser votadas. E foi apenas em 2010 que o Brasil elegeu sua primeira presidenta, Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores. Após ser reeleita em 2014, Dilma foi deposta por um processo de *impeachment* extremamente controverso no meio político e jurídico, questionado por importantes nomes da Ciência Política no Brasil, como Wanderley Guilherme dos Santos, que definiu este processo como golpe parlamentar em seu livro “A democracia impedida – O Brasil no século XXI”, publicado em 2017.

^ Contudo, a maior parte dos estudos sobre a participação das mulheres na política analisa cargos eletivos no legislativo ou no executivo, ligados à macro política. A questão é que os espaços de poder na política são inúmeros e diversos. A construção de lideranças políticas vem muitas vezes de movimentos sociais organizados como agremiações estudantis, sindicais, de luta por moradia ou terra, entre tantos outros.

A partir de uma reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e a representação política das mulheres surgiu o fator mobilizador dessa dissertação: pesquisar o nível de participação política das mulheres trabalhadoras. E fazer isso analisando eleições para cargos eletivos como câmaras, senado ou ainda do executivo, partiria de uma distância muito grande entre o poder e o sujeito a ser estudado: as mulheres trabalhadoras. Porque então não analisar as instâncias de poder político menos distantes delas, os sindicatos?

Esta pesquisa se propõe a fazer algo novo no estudo sobre a representação das mulheres: analisar seu engajamento e participação nos sindicatos do Brasil. E para isso foi estabelecida como estudo de caso a Central Única dos Trabalhadores, a CUT, por ser a maior central sindical do país. Travando o desafio de unir os debates entre o feminismo e o sindicalismo.



Esta dissertação está organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo, *“Teoria Feminista - Divisão Sexual do Trabalho e Participação Política das Mulheres: conceitos e contextos”* é apresentada a discussão teórica que norteia esta pesquisa, elencando os dilemas da divisão sexual do trabalho e da participação política tentando demonstrar suas consequências reais na vida das mulheres, a metodologia aqui utilizada foi de revisão bibliográfica e análise de dados.

No segundo capítulo, *“A vida política das mulheres trabalhadoras: das operárias do chão de fábrica aos sindicatos brasileiros”*, busca-se apresentar o histórico da organização das mulheres no Brasil até a formação da CUT, apresentando também o debate sobre a união entre o feminismo e o sindicalismo e buscando demonstrar em quais setores estão as mulheres sindicalizadas, também neste capítulo a metodologia utilizada foi de revisão bibliográfica e análise de dados.

No terceiro capítulo *“A Central Única Dos Trabalhadores: Uma história escrita sob uma perspectiva de gênero”*, é apresentado o estudo de caso feito com base nos documentos congressuais da CUT, analisando a participação das mulheres nas diretorias da central; a produção de políticas internas que fomentavam maior participação; e as pautas específicas das mulheres debatidas e deliberadas nos Congressos da entidade. Neste capítulo contudo, foi utilizada a metodologia de análise documental.

Por fim, nas considerações finais apresentamos as principais conclusões acumuladas com a pesquisa relacionadas ao debate teórico e as discussões anteriormente apresentadas.

Embora não fosse um dos objetivos iniciais deste trabalho, essa dissertação acaba por trazer à luz alguns dos nomes de mulheres que participaram ativamente da organização dos trabalhadores e das trabalhadoras ao longo das últimas décadas, e que sistematicamente tem suas trajetórias invisibilizadas.

## **CAPÍTULO I - TEORIA FEMINISTA- DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: CONCEITOS E CONTEXTOS**

O século XX chega no Brasil com turbulência no mundo do trabalho. O fim da escravidão não foi acompanhado de nenhuma política de integração dessa população e o mundo fabril que timidamente emergia na sociedade brasileira deparava-se com péssimas condições de existência. Particularmente as mulheres sofreram as opressões de classe e arrastaram os grilhões do seu sexo.

Organizações operárias do século XIX ao XX ignoraram por muitas vezes a presença das mulheres nos chãos de fábrica, requisitando sua presença apenas em momentos de greves e mobilizações. Há o confronto então: qual o lugar das mulheres na sociedade? Pessoas que devem estar em suas casas e são complementos dos homens ou cidadãs? Olhando para a organização da classe trabalhadora, nos perguntamos: porque o sindicalismo é o lugar de uma elite masculina e as mulheres dificilmente encontram nestes espaços o seu lugar?

Com essa preocupação esse primeiro capítulo faz uma discussão sobre o lugar das mulheres na sociedade partindo do conceito de divisão sexual do trabalho e analisando não somente sua participação no mercado de trabalho como também sua inserção na vida política.

### **1.1 Divisão Sexual do Trabalho**

Um tema que transversa a história do movimento feminista, tornando-se estruturante para o mesmo, é a divisão sexual do trabalho. Autoras feministas conhecidas no Brasil e no mundo como Danièle Kergoat, Helena Hirata, Angela Davis, Cristina Bruschini, Maria Rosa Lombardi, Hildete Pereira de Melo, Lourdes Bandeira vão abordar o conceito de maneira central em suas elaborações. A verdade é que mais do nunca a questão do trabalho feminino está na pauta das discussões mundo afora. Para se ter uma ideia, segundo o relatório anual da Oxfam de 2017, as mulheres fornecem, anualmente, US\$ 10 trilhões em trabalhos não remunerados que sustentam a economia global. Portanto, é mais do que atual a discussão teórica sobre a divisão sexual do trabalho, buscando compreender sua realidade no Brasil de hoje.

As condições de vida de homens e mulheres na sociedade não são destinos biológicos mas sim resultados de relações sociais, e ao contrário do que é indicado com frequência pelo senso comum como sendo “natural”, ou seja, que mulheres e homens são biologicamente preparadas para trabalhos distintos. Homens e mulheres, portanto, estão inseridos em uma relação social específica: a de sexo, e a base material desta relação social é o trabalho. A distinção entre os trabalhos a partir do sexo é o que se chama de divisão social dos trabalhos através do sexo, ou simplesmente divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009).

Bandeira e Melo (2013) fundamentam que esta divisão surge nos últimos duzentos anos, a partir da primeira Revolução industrial, quando a sociedade industrial passou a separar a produção das mercadorias do âmbito familiar. Antes disso, nas sociedades pré-industriais, homens, mulheres e crianças se misturavam nas tarefas de cuidados, construção de moradias, preparo de comidas e roupas, além da reprodução social, até este momento não havia uma distinção entre o que era trabalho produtivo e reprodutivo.

Os primeiros estudos que abordaram esta noção de divisão do trabalho foram promovidos pelos etnólogos, que apresentavam a ideia de “complementaridade” entre os trabalhos, e é assim, que Lévi-Strauss, por exemplo, estabelece a explicação da estrutura da vida familiar (heterossexual) na sociedade. Ou seja, homens e mulheres se uniam em famílias pois exerciam trabalhos diferentes e complementares. Contudo, segundo Kergoat (2009), são as antropólogas feministas, da década de 1970, as primeiras a apontar a relação de poder que era estabelecida nesta conexão, contrariando a ideia de mutualidade.

Segundo Kergoat (2009), essa divisão do trabalho tem dois princípios organizativos: o da separação - onde se compreende que existem trabalhos de homens e outros trabalhos de mulheres; e o da hierarquização - em que o trabalho do homem vale mais que o da mulher. A partir disso, podemos enxergar duas abordagens centrais na discussão deste conceito nos dias de hoje: de um lado o estudo da diferença de distribuição de homens e mulheres no mercado de trabalho (isso engloba: funções e salários) e estaria ligado ao trabalho produtivo; e por outro lado no estudo da distribuição do trabalho doméstico entre os sexos, trabalho reprodutivo (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Neste contexto, circulam outros aspectos igualmente importantes, que estão inseridos no debate geral da divisão sexual do trabalho, como a divisão social do espaço entre o público e o privado e, conseqüentemente, entre o trabalho de produção e reprodução.

No espaço público estão historicamente representados os homens, estes inseridos no trabalho de produção dos bens materiais e de maior valor agregado, enquanto o espaço privado fica destinado às mulheres, responsáveis pelo trabalho de reprodução da vida e menor, ou nenhum, valor agregado. É a partir desta divisão do trabalho e do espaço no interior dos lares que se evidencia a hierarquização do trabalho do homem sobre o da mulher e da distinção entre os espaços privado e público. Na seção a seguir se faz uma discussão mais específica sobre a divisão social do espaço.

### **1.1.1 Público x Privado**

Compreender como se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens - contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias (BIROLI, 2014. p.31).

Susan Moller Okin (2008) em sua obra “Gênero, o público e o privado”, apresenta a análise da dicotomia entre o público e o privado a partir de uma perspectiva de gênero. Para esta autora é fundamental a reflexão sobre o público e o privado para compreender melhor a situação da família e do papel da mulher na sociedade. Está na base desta análise dicotômica a estrutura de desigualdade presente na política e no mercado de trabalho, por exemplo, em que se encontra a mulher. A separação do público/doméstico do restante das análises sobre a sociedade torna possível que muitos ignorem ou negligenciem a natureza política da família, a relevância na vida pessoal e as desigualdades das relações de gênero. Logo, é no interior dessa dicotomia que é possível estabelecer a relação de desigualdade dos sexos no campo do trabalho. Na qual os homens são vistos como ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política, enquanto as mulheres se vinculam à esfera privada da domesticidade e reprodução da vida, vistas como inadequadas à esfera pública, dependente dos homens e subordinadas à família.

Também a partir das análises desta dicotomia se estabeleceu uma ideia de complementaridade entre homens e mulheres. Enquanto os homens tomam conta da esfera pública, com visibilidade na sociedade, as mulheres são inteiramente responsáveis pela esfera privada, a família, os cuidados. Um trabalho considerado invisível por estar relacionado a atividades não monetizadas pelo mercado.

Nós queremos dizer, primeiramente, que o que acontece na vida pessoal, particularmente nas relações entre os sexos, não é imune em relação à dinâmica de poder, que tem tipicamente sido vista como a face distintiva do político. E nós também queremos dizer que nem o domínio da vida doméstica, pessoal, nem aquele da vida não-doméstica, econômica e política, podem ser interpretados isolados um do outro (OKIN, 2008.p.314).

Essa dualidade promove a determinação de uma série de temas e questões como privados, ou seja, não políticos, fazendo que o ambiente familiar e o espaço privado dos domicílios sejam encarados de maneira geral quase como um não assunto, ou uma questão que não necessita reflexão. Segundo a professora Flávia Biroli (2014), esta seria uma forma de “isolar a política das relações de poder da vida cotidiana, negando ou desinflando o caráter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (p.31).

Faz-se necessário refletir sobre as determinações e princípios estabelecidos para cada uma dessas esferas (pública x privada), porque a separação entre elas define as relações de gênero na sociedade. Enquanto a esfera pública estaria ancorada em princípios universais como a razão e a impessoalidade, a esfera privada se basearia em princípios individuais, com caráter pessoal, envolvendo sentimentos. Ou seja, na esfera pública é esperado que os sujeitos se apresentem com características uniformes, comum a todos os indivíduos, enquanto na privada, se espera que apresentem suas individualidades (BIROLI, 2014). É neste sentido que podemos refletir sobre os estereótipos de gênero. Uma vez que mulheres são destinadas a estarem no espaço privado, e que as características esperadas das mesmas são estas citadas acima, constrói-se sobre a mulher um estereótipo de gênero em que o sentimento está acima da racionalidade e a família está acima do trabalho remunerado.

Outro ponto importante e fundamental para esta discussão entre público e privado é a questão da privacidade. Para Carole Pateman (1988), em seu clássico *The sexual contract*, a defesa e manutenção da privacidade como um elemento importante no âmbito familiar e privado serve como um dos mecanismos de manutenção das relações de poder estabelecidas

na sociedade. Ora, uma vez que existe um entendimento de que o que se passa na esfera doméstica/familiar diz respeito apenas àqueles sujeitos que participam dela, cria-se um bloqueio de acesso de direitos àquelas pessoas, e estas são as mais frágeis nas relações de poder no interior da família. Além disso, esta separação ajuda a camuflar a conexão entre as relações de poder no âmbito privado e no público. Por isso, segundo Lamoureux (2009), o movimento feminista teve e ainda tem como uma de suas principais palavras de ordem “o privado é público”, tornando-se uma expressão de reconhecimento do movimento feminista ao redor do mundo.

A politização dos espaços passa a ser elemento fundamental para as elaborações da política feminista. Percebe-se, portanto, que é impossível fazer um análise política ou sociológica das relações sociais dissociando a vida pública da vida privada. As relações de poder estão engendradas em um arranjo social complexo, e qualquer exercício de análise que se debruce apenas sobre a questão pública, nega necessariamente uma estrutura forte e estabelecida no ambiente privado.

A luta das mulheres para ocupar o espaço público, que inclui vida social, direitos, participação política e acesso aos estudos e emprego, inaugura novos capítulos de conquistas sociais pelo mundo. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e na vida pública, todavia, chega cercada de contradições, limites e estruturada nas bases patriarcais. A divisão entre o espaço público e o espaço privado estrutura a divisão entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

### **1.1.2 Trabalho Produtivo x Trabalho Reprodutivo**

A maior parte dos estudos sobre o trabalho feminino analisou de maneira central a dimensão da produção assalariada. Isso ocorreu, segundo Melo e Thomé (2018), até a década de 1960 e posteriores, quando as feministas começaram a entrar de maneira mais significativa nas universidades e iniciaram um processo de reflexão sobre a complexidade e as várias faces do trabalho feminino ao redor do mundo. Não só o que ocorre na esfera pública mas também na esfera privada, e a conciliação entre esses dois mundos.

A criação de um imaginário em que homens estão conectados aos trabalhos produtivos e por isso são os provedores, e mulheres são responsáveis pela reprodução da família foi se fortalecendo ao longo da história. Como discutido anteriormente, essa divisão entre os espaços cria também a noção de que todo o trabalho exercido no ambiente doméstico é realizado por amor e se torna invisível para a esfera econômica, um trabalho sem valor algum, entendido como uma atividade classicamente feminina.

Quando as mulheres começam a entrar para o mercado de trabalho, no decorrer do século XX, estão alocadas principalmente no setor agrícola, industrial e trabalho doméstico remunerado. Com o processo de desenvolvimento, vão passando para o setor comercial e o de serviços - prevalecendo em forte escala no trabalho doméstico remunerado, pois esta foi a primeira ocupação feminina desde o século XIX (MELO E THOMÉ, 2018).

Observando a história, principalmente as mulheres negras, estão historicamente alocadas em empregos menos qualificados e com baixos salários. Mesmo após a entrada destas mulheres nas universidades e obtenção de maior qualificação, elas continuam ocupando cargos com as mais baixas remunerações, em proporção menor do que ocorre com as mulheres brancas, criando uma hierarquia em que as mulheres brancas recebem um rendimento superior às mulheres negras.

A vida das mulheres no mercado de trabalho exige também um uso do tempo muito diferenciado dos homens, afinal, mesmo trabalhando fora de casa, elas ainda são as principais responsáveis pelas tarefas e administração do lar. E essa situação é mais dramática ainda para as mulheres com filhos de zero à quatorze anos de idade.

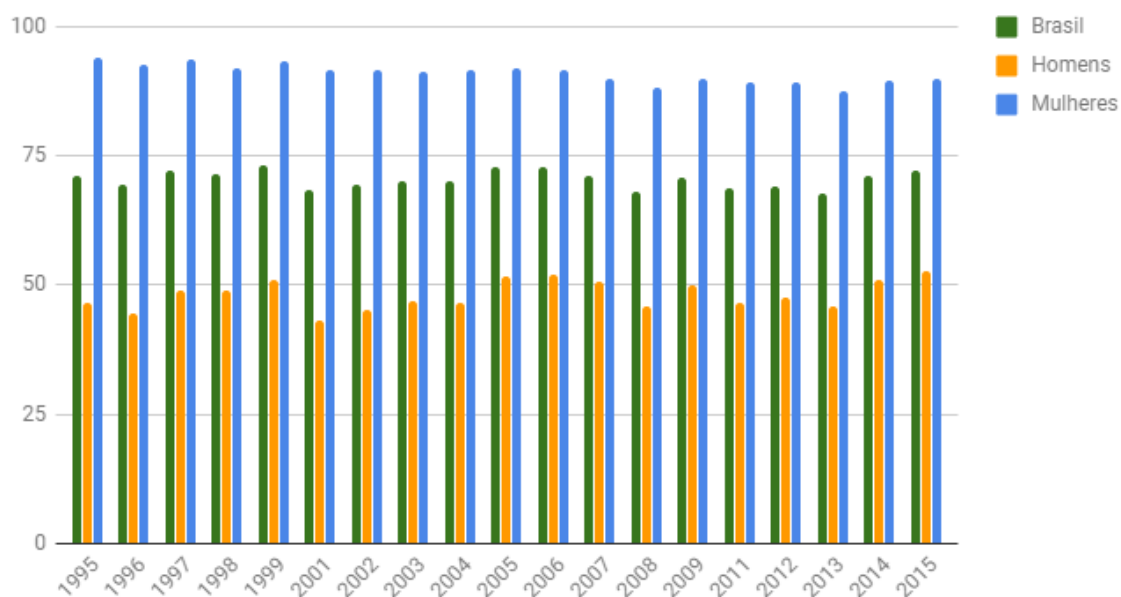
Atualmente, as mulheres vivem em um dilema profundo das culpas pela ausência em casa à preocupação com sua carreira profissional. O tempo dispensado para cuidar do lar e da reprodução da vida significa menos tempo para investir em sua profissão e, conseqüentemente, menos trabalho que poderia ser remunerado pelo mercado e significar maior renda e mais autonomia econômica. Se as mulheres não cuidam das tarefas domésticas, elas precisam terceirizá-las, e esta opção só está disponível para as famílias mais ricas, além do fato de que este trabalho seria também reproduzido por outra mulher, mais pobre e

vulnerável. A solução para a maior parte das mulheres brasileiras é, portanto, conciliar tais jornadas.

A divisão sexual do trabalho estrutura a organização do tempo, da renda, da autonomia e do trabalho das mulheres pelo mundo. No Brasil não é diferente, as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, tem menos inserção no trabalho formal e detém renda muito inferior à dos homens, apesar de boa escolaridade.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD/IBGE, em 2015 72,1% da população brasileira declarou exercer algum tipo de afazeres domésticos. Para os homens esse dado é de 52,6%, ou seja, metade dos homens ocupados. Enquanto para as mulheres, o mesmo dado atinge a marca de 89,9%. Isso significa dizer que ao passo que quase todas as mulheres ocupadas são responsáveis por algum tipo de afazeres domésticos, apenas metade dos homens declaram fazê-lo.

Gráfico 1 - Proporção da População de 16 anos ou mais de idade que cuida de Afazeres Domésticos, por Sexo - Brasil -1995 a 2015



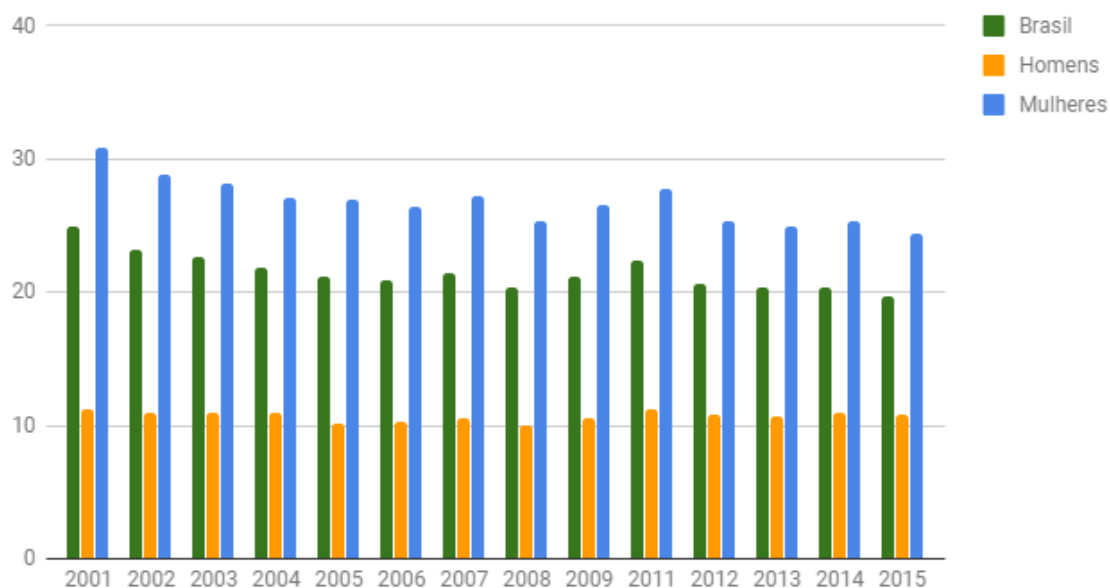
Fonte: PNAD/IBGE<sup>1</sup>. Vários anos. Elaboração própria.

<sup>1</sup> A PNAD não foi realizada no ano de 2010



Em relação à média de horas semanais dedicadas a tarefas domésticas as mulheres permanecem como as maiores responsáveis. Segundo a pesquisa, no ano de 2015 a média de horas dedicadas a este tipo tarefa pela população brasileira era de 19,4 horas. Para os homens esta média de horas dedicadas a tarefas domésticas era de 10,8 horas, enquanto para as mulheres a média de dedicação a tarefas domésticas em uma semana era de 14,4 horas.

Gráfico 2 - Média de Horas Semanais Dedicadas a Afazeres Domésticos pela População de 16 anos ou mais de idade, por Sexo - Brasil - 2001 a 2015



Fonte: PNAD/IBGE. Vários anos. Elaboração própria.

Quanto à inserção das mulheres no mercado de trabalho, temos que começar observando a taxa de atividade de mulheres e homens. Segundo o PNAD 2015, a taxa de atividade de homens de 16 a 59 anos no Brasil era de 85,57%, enquanto esse mesmo dado para as mulheres era de 65,47%. O que demonstra a menor inserção feminina no mercado de trabalho em relação à masculina.

Quando analisamos o percentual de homens e mulheres com carteira assinada verificamos que no Brasil 39% das pessoas ocupadas eram empregadas com carteira assinada, para os homens essa taxa era de 41,3% e para as mulheres 36%, comprovando a maior participação masculina novamente. Contudo, ao analisarmos a taxa de empregados sem carteira assinada percebemos que os homens também estão em maior proporção com relação às mulheres, que em grande número ocupam-se dos afazeres domésticos e dos

cuidados com a família. Isso ocorre pois eles estão muito mais presentes no mercado de trabalho, e por consequência estarão em maior número tanto em uma quanto na outra posição no mundo do trabalho.

<b>Tabela 1 - Distribuição percentual da população ocupada com carteira assinada</b>	
<b>2015</b>	
<b>Brasil</b>	39
<b>Homens</b>	41,3
<b>Mulheres</b>	36

Dados: PNAD/IBGE (2015). Elaboração própria.

<b>Tabela 2 - Distribuição percentual da população ocupada sem carteira assinada</b>	
<b>2015</b>	
<b>Brasil</b>	13,9
<b>Homens</b>	15,9
<b>Mulheres</b>	11,2

Dados: PNAD/IBGE (2015). Elaboração própria.

Mesmo com os avanços conquistados pelas mulheres nos últimos anos, ainda é muito visível a reprodução da divisão sexual do trabalho quando analisamos as principais ocupações femininas no Brasil. Os setores onde as mulheres têm maior inserção no mercado de trabalho são aqueles relacionados aos cuidados: Educação, saúde e serviços sociais; e Serviços Domésticos. Ao passo que a maior concentração dos homens está em setores como agropecuária, indústria e construção civil, que estão diretamente ligados à produção de bens materiais.

Melo e Thomé (2018) chamam atenção ainda para a diferença entre as mulheres ricas e pobres. Enquanto as mulheres com maiores rendas possuem mais alto índice de

escolaridade e ocupam cargos executivos, mesmo que em proporção ainda bem reduzida em relação ao avanço de escolarização dos últimos anos, a maior parte das mulheres (especialmente as mais pobres e menos escolarizadas) estão trabalhando como empregadas domésticas, professoras de ensino básico e educação infantil, assistentes de saúde e serviços sociais, ou ainda com os cargos mais baixos da administração pública.

<b>Tabela 3 - População ocupada de 16 anos ou mais de idade, total e proporção por sexo, segundo os ramos de atividade - Brasil, 2015</b>						
<b>Ramos de Atividade</b>	<b>Total</b>			<b>Proporção (%)</b>		
	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>	<b>Total</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
<b>Total</b>	<b>94.436.340</b>	<b>40.423.021</b>	<b>54.013.319</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Agrícola</b>	13.019.812	3.841.789	9.178.023	13,8	9,5	17
<b>Outras atividades industriais</b>	712.034	98.225	613.809	0,8	0,2	1,1
<b>Indústria de transformação</b>	11.174.551	4.241.019	6.933.532	11,8	10,5	12,8
<b>Construção</b>	8.510.822	301.737	8.209.085	9	0,7	15,2
<b>Comércio e reparação</b>	17.163.967	7.063.967	10.100.000	18,2	17,5	18,7
<b>Alojamento e alimentação</b>	4.626.045	2.572.558	2.053.487	4,9	6,4	3,8
<b>Transporte, armazenagem e comunicação</b>	5.292.462	666.198	4.626.264	5,6	1,6	8,6
<b>Administração pública</b>	5.006.861	1.985.670	3.021.191	5,3	4,9	5,6
<b>Educação, saúde e serviços sociais</b>	10.320.464	7.868.407	2.452.057	10,9	19,5	4,5
<b>Serviços domésticos</b>	6.249.762	5.732.315	517.447	6,6	14,2	1

<b>Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</b>	4.041.957	2.561.186	1.480.771	4,3	6,3	2,7
<b>Outras atividades industriais</b>	8.249.760	3.433.149	4.816.611	8,7	8,5	8,9
<b>Atividades mal Definidas</b>	67.843	56.801	11.042	0,1	0,1	0

Fonte: PNAD/IBGE (2015) Apud. Melo e Thomé (2018)

Além dessa divisão da ocupação feminina a partir dos setores, também é importante abordar a questão dos rendimentos. Em 2015, a média salarial de um brasileiro era de R\$1.861,00, aproximadamente 2,3 salários mínimos<sup>2</sup>. Para os homens, este valor era de R\$2.075,90, aproximadamente 2,6 salários mínimos (acima da média nacional), enquanto para as mulheres este valor era de R\$1.574,00, aproximadamente 1,9 salário mínimo. Isso significa dizer que, em média, as mulheres recebiam R\$500,00 a menos que os homens.

Se observarmos as mulheres negras, essa diferença será ainda maior. Em 2015, a média mensal de rendimentos de uma mulher negra era de R\$1.184,30, enquanto a média de rendimentos de uma mulher branca era de R\$1991,70. Isso significa dizer que, em média, uma mulher branca recebe 1,7 vezes mais do que uma mulher negra. A título de curiosidade: um homem branco ganha em média 2,3 vezes mais que uma mulher negra.

<b>Tabela 4 - Rendimento Médio Mensal de Todas as Fontes da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo, segundo Cor/Raça e Localização do Domicílio - Brasil e Regiões, 2015</b>				
<b>Cor/Raça</b>	<b>Região e Localização do Domicílio</b>	<b>Total</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
		<b>2015</b>		
<b>Total</b>	<b>Brasil</b>	1.861,00	2.075,90	1.574,00
	<b>Norte</b>	1.405,00	1.493,90	1.261,3
	<b>Nordeste</b>	1.214,80	1.297,30	1.099,65

<sup>2</sup> Cálculo realizado a partir do valor vigente do salário mínimo em 2015 que era de R\$788,00

	<b>Sudeste</b>	2.163,90	2.456,40	1.791,28
	<b>Sul</b>	2.118,50	2.431,80	1.716,17
	<b>Centro-Oeste</b>	2.229,60	2.523,20	1.834,91
	<b>Brasil</b>	2.401,20	2.733,40	1.991,70
	<b>Norte</b>	1.898,30	2.039,50	1692,81
	<b>Nordeste</b>	1.619,10	1.758,50	1443,17
	<b>Sudeste</b>	2.676,40	3.064,40	2207,6
	<b>Sul</b>	2.280,70	2.643,70	1836,79
<b>Branca</b>	<b>Centro-Oeste</b>	2.777,80	3.150,10	2301,05
	<b>Brasil</b>	1.398,10	1.547,50	1.184,30
	<b>Norte</b>	1.275,30	1.357,70	1138,34
	<b>Nordeste</b>	1.075,20	1.147,00	971,55
	<b>Sudeste</b>	1.596,70	1.815,60	1301
	<b>Sul</b>	1.558,90	1.765,70	1243,64
<b>Negra</b>	<b>Centro-Oeste</b>	1.864,40	2.119,80	1509,63

Fonte: PNAD/IBGE (2015). Elaboração própria.

Como vimos, a divisão sexual do trabalho impacta tanto na inserção das mulheres no mercado de trabalho, envolvendo setor, posição e salários, como também na divisão das tarefas domésticas e na conciliação entre trabalho e família. Esta divisão também impacta de maneira geral a presença das mulheres nos espaços públicos, ou seja, tanto no trabalho como na vida política elas arrastam o peso dos cuidados com a reprodução da vida. Por isso, discutiremos abaixo as estruturas e a realidade da participação das mulheres na política e na vida pública.

## **1.2. A mulher no espaço público: várias faces de uma mesma opressão**

Até aqui foi apresentado e discutido o problema estrutural da divisão sexual do trabalho e seus desdobramentos na participação feminina no mercado de trabalho e na divisão das tarefas domésticas e uso do tempo. As mulheres estão colocadas em postos de trabalho que abrigam funções “determinadas como femininas”, ligadas diretamente à reprodução da vida e à prática de cuidados; recebem menos do que os homens; são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico; e conseqüentemente possuem jornadas de trabalho muito maiores do que as masculinas, gerando duplas e triplas jornadas.

Outra importante consequência da divisão sexual do trabalho mencionada no início deste capítulo é a introdução da mulher na vida pública. Com a histórica responsabilidade das tarefas domésticas e dos cuidados, a ocupação do espaço público pelas mulheres é cercada de dilemas. Desde caminhar sem ser cantada no meio da rua até a participação da vida política, as mulheres sofrem cotidianamente com seu alijamento dos espaços públicos e de poder.

Nesta seção buscaremos analisar teoricamente e em dados os principais conceitos, temas e questões que norteiam o debate sobre a participação das mulheres na política tendo sempre como pano de fundo a discussão sobre a divisão sexual do trabalho.

### **1.2.1 A participação das mulheres na vida pública: temas e questões**

No Brasil existem inúmeras formas de desigualdade de gênero, abordamos na primeira seção deste capítulo os aspectos que cercam essas desigualdades no campo do trabalho. As estruturas da divisão sexual do trabalho impactam também outros âmbitos da vida das mulheres, como a participação na política. Dentre os países latino americanos, o Brasil é o que possui uma das maiores discrepâncias de representação política entre homens e mulheres, segundo Piatti-Crocker (2011).

A estrutura e as relações sociais pré-estabelecidas são fatores que influenciam diretamente o grau de engajamento e representação dos indivíduos na política. Ora, se os aspectos sociais interferem de maneira geral na composição da política, conseqüentemente haverá peculiaridades nesse impacto a partir das relações de gênero.

Neste sentido, Melo e Thomé (2018) apontam que no curso histórico, por conta da divisão sexual do trabalho e da divisão social dos espaços entre público e privado, os homens ficaram com o monopólio da representação. Ao mesmo tempo em que a dominação masculina que nos é imposta pela própria dominação patriarcal transforma as mulheres em meras peças de um jogo onde os sujeitos ativos são os próprios homens, que se utilizam dessa lógica para perdurar no *status quo*. “Na prática, em miúdos, é fácil entender: uma mulher a mais ocupando um cargo político, dotada de poder, significará um homem a menos nesse papel.”(página 127)

Em estudos relacionados à participação política das mulheres em cargos eletivos, Araújo e García Quesada (2006), apontam alguns fatores que são determinantes para a alteração no grau de representação feminina na política, dentre eles estaria a cultura política e a relação com valores de gênero<sup>3</sup>. Para Araújo (2016) o fator da cultura política é central para analisar a participação política das mulheres. Segundo a autora, o fato de haver uma cultura política patriarcal fortemente presente nos partidos e instituições gera um hiato de recrutamento de mulheres para concorrer aos cargos e participar de instâncias de poder. Esta cultura determina toda a forma de atuação interna em uma organização, em especial os partidos políticos, organizando tanto o nível de recrutamento de mulheres para serem candidatas, quanto o financiamento dedicado a cada candidatura e o grau de importância atribuído a ela.

Uma vez que esses valores e a cultura política são determinantes para aumentar a representação das mulheres na política, Urbinati (2006) sugere que apesar dessa representação ser, em muitos momentos, autônoma e pontual, seria estratégico pensá-la como um método contínuo para ação política.

Uma das questões apontadas por Araújo (2016) é que a partir de estudos sobre as candidaturas mais viáveis no sistema eleitoral brasileiro, alguns aspectos comuns entre elas são: “participação associativa ou política anterior; forte viés de pertencimento (familista) e, ainda trajetórias individuais de religiosos” (p.43). Pois bem, uma vez que as mulheres estão fora do espaço público e longe dos trabalhos produtivos, as probabilidades de uma

---

<sup>3</sup> As autoras apresentam também a questão dos modelos de lista para alteração da participação política das mulheres em cargos proporcionais, contudo estes não são fundamentais para a análise teórica deste trabalho

candidatura feminina acontecer já partem de um patamar infinitamente menor que a dos homens.

“Formas de participação política não necessariamente levam a envolvimento ou interesses por representação. De igual modo, a disposição para a ação política através do ingresso na esfera de representação política nem sempre está associada com trajetórias prévias de participação. Mas participação é parte do que se concebe como democracia, na dimensão participativa em si e também na representativa.” (ARAÚJO, 2016.p.44)

Entretanto, é importante ressaltar que os contextos sociais em que estes indivíduos estão inseridos; os diversos interesses de determinados grupos dominantes; o processo de socialização e reprodução da vida; por exemplo, fazem muita diferença nessa construção de uma “livre” disposição ou vontade de participar da política. Afinal, como vimos, as relações sociais de sexo são determinantes na formação social dos homens e das mulheres.

A construção de candidaturas e/ou representações femininas entretanto, pode virar uma ação simpática para capitalizar politicamente para os articuladores e reais detentores de poder, ou seja, o gênero pode ser levado em conta desde que corresponda e auxilie nas estratégias e articulações pré-existentes de determinada organização, segundo Álvares (2004).

Para Franceschet (2018) a ciência política aponta três importantes significados para a relevância da representação feminina nas esferas de poder. Esta pode ter um sentido descritivo, ou seja, que reflete a própria representação feminina na sociedade. Outra possibilidade é ter um significado substantivo, que seria levar em consideração que um grupo tem maiores potencialidades quando se auto-representa. Por fim, pode ter também o sentido simbólico, que mostra o impacto em si do aumento da representatividade nas esferas de poder. A questão é que, para grande parte das referências da literatura sobre a representação de gênero nos espaços de poder, o aumento da presença de mulheres não se dá apenas pelo aspecto da justiça, mas se torna estruturante para o debate de democracia, e a própria representação descritiva se torna importante simbólica e substantivamente. (MELO E THOMÉ, 2018)

A representação das mulheres no espaço de poder muitas vezes é encarada pelo senso comum como uma forma de “limpar a política”, transformá-la, torná-la menos violenta. Mas a principal questão segundo Miguel (2014) é que ter mais mulheres na política significa



gerenciar e comandar demandas e agendas necessárias às mulheres e ter um olhar permanente sobre a vida e a sociedade a partir de uma perspectiva das mulheres.

Diante dos diversos dilemas aqui apresentados, a pergunta que cerca o debate teórico sobre este tema é: como fazer esta participação acontecer? Se existe uma constatação de que a participação das mulheres na política e a própria distribuição do poder são desiguais, como superar? Quais os mecanismos devem ser criados para que esta disparidade seja superada?

Hoje, talvez uma das principais alternativas discutidas para aumentar a participação das mulheres na política seja as ações afirmativas, as cotas. Quando esse debate passa exclusivamente pela macro política se referindo a cargos do legislativo e executivo, o debate é extremamente complexo pois envolve diversas variáveis como tipo de lista (aberta ou fechada); o nível de agência dos sujeitos (no caso os dirigentes partidários); ou ainda o grau de fiscalização dos órgãos responsáveis pelo cumprimento dessas medidas.

Desde os anos de 1990, diversos países começaram a adotar políticas de cotas com o intuito de ampliar a participação feminina nos espaços da política, principalmente no tocante aos cargos legislativos. Segundo Araújo (2016) hoje - mais de duas décadas depois do início deste processo- a maior parte dos estudos desenvolvidos sobre este tema, identifica na política de cotas uma importante variável explicativa para o aumento da presença feminina nesses espaços.

O objetivo dessa dissertação é analisar a participação política das mulheres nos sindicatos. Para isso, partimos nesse primeiro capítulo de uma discussão sobre a divisão sexual do trabalho e a divisão social dos espaços. Em seguida analisamos as consequências dessa divisão para a presença das mulheres no mercado de trabalho e na vida política. Consideramos aqui, as direções sindicais como espaços de poder da classe trabalhadora organizada, os sindicatos como instâncias que se organizam de forma semelhante aos partidos políticos em sua estrutura, exigindo portanto os mesmos requisitos pessoais de seus dirigentes.

Essa dissertação traz um elemento novo: busca observar especificamente o nível de engajamento das mulheres trabalhadoras em seus órgãos representativos: os sindicatos. Neste caso em particular, analisaremos a participação das mulheres na Central Única dos Trabalhadores (CUT). Como vimos até aqui as divisões do trabalho a partir do sexo e do espaço público e privado ocasionaram problemas tanto na inserção da mulher no mercado de

trabalho como também na vida pública. Para compreender melhor o histórico de organização social das mulheres trabalhadoras, apresentaremos no próximo capítulo um histórico dessa organização no Brasil.

## **CAPÍTULO II – A VIDA POLÍTICA DAS MULHERES TRABALHADORAS: DAS OPERÁRIAS DO CHÃO DE FÁBRICA À FORMAÇÃO DA CUT**

Desde o início do século XIX a literatura histórica aponta a formação de organizações de trabalhadores pelo mundo, principalmente na Europa. Mais precisamente na segunda metade deste século o movimento operário ganha peso e dá origem a maioria dos partidos e organizações socialista europeias (ELEY, 2005) . No Brasil, segundo Batalha (2010) foi a partir do fim do século XIX, que os trabalhadores passaram a poder se organizar em sociedades de socorro mútuo. Neste momento, portanto, as organizações pluriprofissionais e as associações operárias passaram a ser muito mais comuns.

Ao longo desse período da organização sindical brasileira se encontra vestígios de histórias de mulheres que se comprometeram com a luta popular e trabalhadora, mas infelizmente estas narrativas são muitas vezes compreendidas como exceções em um universo sindical predominantemente masculino. Além disso, é corriqueiro tanto no Brasil quanto internacionalmente, encontrar um tratamento para classe trabalhadora como se esta fosse homogênea, assexuada e sem distinção de cor.

Dentre os numerosos estudos sobre os movimentos sociais no Brasil, raros são os que se interrogam sobre o fato de que os atores principais desses movimentos fossem mulheres. Somente os movimentos centrados nas questões ‘femininas’ - isto é, aqueles correspondentes à esfera da reprodução -, ou os que agrupavam exclusivamente mulheres, foram chamados movimentos de mulheres. No entanto, as mulheres estão presentes também nas ocupações de terrenos urbanos, nos movimentos de saúde ou pela melhoria dos transportes, nas comunidades de base. (SOUZA-LOBO, 1991)

Neste capítulo abordaremos de forma sintética um pouco da história da organização das mulheres trabalhadoras do Brasil, pontuando acontecimentos importantes desde o início do século XX até hoje nos sindicatos, buscando fazer também uma análise dos dados de sindicalização ao longo desse tempo.

## **2.1 Breves comentários sobre a luta das mulheres trabalhadoras no Brasil - do início do século XX até a ditadura civil militar**

As mulheres tiveram importante participação na luta operária brasileira, porém grande parte desta história não foi contada. Poucas pessoas sabem que a primeira greve geral dos trabalhadores da indústria têxtil no Brasil, ocorrida em 1903, no Rio de Janeiro, foi motivada pelas mulheres. As companheiras de uma trabalhadora se mobilizaram em protesto à sua demissão depois de voltar do parto. A demissão foi realizada pelo próprio contramestre que a havia engravidado (MARQUES,2016).

O início do século XX é marcado por mobilizações. O ano de 1917 é um marco importante na história da luta da classe trabalhadora no mundo. No mesmo ano em que se inicia a Revolução Russa, organizada pelos bolcheviques, aqui no Brasil eclodem diversas greves de diferentes setores do operariado. Contudo, há de se ressaltar que a organização da classe operária no Brasil não se iniciou neste ano. Pouco mais de dez anos antes, em 1906, ocorreu o 1º Congresso Operário Brasileiro, que criou a central sindical mais conhecida da época: Confederação Operária Brasileira. (PENA, 1981)

Neste início de século, um dos debates que organizou a luta dos trabalhadores no Brasil, segundo Gomes (1979) foi a reivindicação contra o trabalho infantil e as mazelas provocadas por ele. Por isso, foi criado em 1917, o Comitê Popular de agitação contra a exploração das crianças que tentava expor as jornadas extenuantes e os graves acidentes sofridos pelos menores. Como relata Fraccaro (2016) essa preocupação não era sem razão:

“Até mesmo nas notícias de jornais era comum encontrar casos como o de José de 12 anos, que teve o braço esmagado por uma máquina amassadeira da fábrica de biscoito, A Fidelidade, e Henrique Guido, de 8 anos, que teve os dedos decepados numa oficina da Barra Funda.”  
(FRACCARO, 2016)

Neste contexto, com a dinâmica de reuniões e ações do comitê, Biondi (2011) aponta que se inicia um processo de reorganização sindical no Brasil, em especial no estado de São Paulo. A principal divergência na época, em relação à atuação do comitê era entre os socialistas, que defendiam a intervenção do Estado para solucionar os problemas, e os anarquistas que acreditavam que a aposta devia ser na ação direta com agitação e propaganda.

O estopim de mobilizações sociais ocorridos em junho de 1917 no Brasil escancara a precariedade e a miséria vividas pela classe trabalhadora no Brasil, e mostra a insatisfação do operariado explorado. As mobilizações explodiram, segundo Fraccaro (2016), a partir do Cotonifício Crespi, na cidade de São Paulo. Neste momento, duas trabalhadoras foram responsáveis, junto a um grupo, por informar aos jornais sobre o estopim das ações.

As diferenças salariais entre homens e mulheres neste momento era algo significativo, as mulheres chegavam a ganhar cerca de cinco vezes menos do que os homens e não havia qualquer tipo de legislação que garantisse igualdade. As greves de 1917, contudo, não deram fim a essa desigualdade (nem ao trabalho infantil):

Naquele momento, as mulheres ocupavam quase 34% da força de trabalho, e no setor têxtil, o número de empregadas superava o de homens. Na Fábrica de Fósforos Paulicéia, os trabalhadores chegavam a receber diárias de 4 mil réis, mas havia lá cem mulheres empregadas que não recebiam mais que 1\$800 por dia. As condições de trabalho, generalizadamente péssimas, e a mão de obra infantil, também largamente utilizada, não teriam fim com a vitória da greve: em 1925, as trabalhadoras da Mariângela afirmaram que os homens recebiam de 7 a 9 mil réis por dia e as mulheres, entre 4 e 5 mil e quinhentos réis; as crianças, a maior parte delas, meninas, na tarefa de cuidar das espulas (grandes carretéis de linha que abastecem os teares), ganhavam entre mil e quinhentos e dois mil réis. (FRACCARO, 2016.p.39-40)

Com a instauração da greve, surge o Comitê de Defesa Proletária, paralelamente às negociações feitas entre governo e patrões, e é no texto das pautas reivindicativas deste comitê que aparece pela primeira vez, em 1917, a exigência da abolição do trabalho noturno das mulheres como uma bandeira. A questão do trabalho feminino começou a aparecer com alguma frequência neste momento na imprensa, contudo, sem uma visão do que as mulheres efetivamente pensavam sobre este tema:

Para O Combate, a questão tinha uma face higiênica e outra financeira. Defendia a limitação do trabalho das mulheres para evitar o “sofrimento da prole” e porque, “sem a concorrência das mulheres e das crianças”, os homens encontrariam mais postos de trabalho, mais bem remunerados. Para o periódico, “as mulheres se prestam mais facilmente às explorações dos patrões que lhes pagam misérias a que operários conscientes não se sujeitariam”. Por esses motivos, defendiam abertamente que o governo cumprisse a lei que proibia o trabalho de menores de 14 anos e que velasse pelo impedimento das mulheres “se entregarem aos serviços noturnos”. O artigo se referia aos Códigos Sanitários aprovados e reformados, em 1893 e 1896, no

estado de São Paulo e que estabeleciam a proibição dos menores trabalharem em fábricas, mas que, por falta de fiscalização e inspeção, eram cotidianamente burlados e ignorados. (FRACCARO, 2016.p.40-41)

Foi na manhã de 17 de outubro de 1917 que ocorreu a primeira greve organizada pelas mulheres do setor têxtil em uma das fábricas de Matarazzo, a Mariângela, em São Paulo. As trabalhadoras reivindicavam um aumento de 20% dos salários, e segundo Fraccaro (2016) o que o jornal apontava como mulheres que furavam a greve, na verdade eram homens que haviam ocupado os postos que tinham sido abandonados por mulheres e meninas anteriormente por conta das condições de trabalho.

As lutas da classe trabalhadora no Brasil que surgiram a partir de 1917 foram se acentuando e conquistaram poucos avanços em termos de direitos sociais efetivos. A partir da década de 1930, contudo, no período Vargas, ocorre uma significativa regulamentação do trabalho e das organizações sociais dos trabalhadores. Para as mulheres, inclusive, é importante ressaltar a conquista do voto feminino em 1932.

Com o Governo de Getúlio Vargas, o Estado passa a gerenciar práticas, deveres e direitos dos empregadores, e passa a reconhecer sindicatos e organizações profissionais como interlocutoras nas negociações e greves. Mesmo sendo um período de grandes restrições democráticas, a era Vargas trouxe para o arcabouço de direitos sociais brasileiros alguns avanços significativos principalmente quando falamos de trabalho (SANTOS, 1987). É inclusive a partir desse marco histórico que Santos vai criar o conceito de *cidadania regulada*, que, resumidamente, seria a definição de que seriam cidadãos todos os membros da sociedade que ocupassem postos de trabalho formais reconhecidos por lei. De fato este foi um momento de avanços significativos para os trabalhadores e as trabalhadoras:

Outorga-se, exaltando-se o caráter paternalista do governo getulista, uma ampla legislação trabalhista, previdenciária e sindical, com a criação da Justiça do Trabalho, em 1939, consolidada na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, com a organização científica e racional do trabalho, a partir da “concepção totalista de trabalho”, a qual propugnava uma atuação do Estado em todas as condições de vida dos trabalhadores, na saúde, na educação, na habitação, nas condições sanitárias e na alimentação, a fim que ele tivesse melhores condições para trabalhar e, pois, maior produtividade. Homologam-se leis e decretos institucionalizado o salário mínimo, a semana de 48 horas, férias remuneradas, carteira profissional, jornada de oito horas; especificamente quanto às mulheres, reconhecem-se algumas garantias às mulheres grávidas e lactantes, como a licença-maternidade e auxílios às trabalhadoras grávidas; as diferenças salariais por

sexo, idade, nacionalidade ou estado civil são pela primeira vez vedadas. Ao mesmo tempo, veiculava-se nos rádios e jornais uma forte propaganda ideológica, que, em última medida, exaltava aos trabalhadores o valor do trabalho e os benefícios que o governo Vargas lhes trouxera.<sup>4</sup>

No contexto dos governos Vargas, já no ano de 1935, as irmãs Ida Kenik e Helena Kenik, organizaram uma greve que fora deflagrada junto com um grupo de mulheres mais amplo, na fábrica Fiação e Tecelagem Santo Elias. Segundo Fraccaro (2016) a paralisação durou três dias, mais de 300 pessoas se incorporaram deixando seus postos de trabalho por conta das condições precárias.

A organização das mulheres trabalhadoras é um ponto fundamental para compreender a própria organização das mulheres. No ano de 1947, por exemplo, surge o Jornal Momento Feminino, este periódico foi publicado durante mais de dez anos e era basicamente sustentado pelo movimento de mulheres comunistas e defendia centralmente a luta pela cidadania das mulheres (MELO E RODRIGUES, 2017).

Com a queda do Estado Novo em 1945 havia se formado uma cultura de cidadania no Brasil herdada da legislação promulgada pelo período Vargas (GOMES, 2002). Assim, o período de 1946 à 1964 o país viveu uma ordem democrática e o sindicalismo expande-se sobretudo no segundo governo Vargas (1951 – 1954), e a chegada do golpe militar de 1964 desencadeia uma grande perseguição ao movimento operário. No entanto, este movimento operário tinha uma presença tímida de mulheres, porque o processo de industrialização que avançava na economia brasileira, a indústria metal-mecânica, empregava poucas mulheres e as grandes indústrias de tecidos e de vestuário perdiam a competição industrial. As mulheres engrossavam os setores terciários e estes são dispersos e com organização mais precária.

No período da ditadura militar, mais precisamente no ano de 1968, ocorreram duas grandes greves de trabalhadores: a de Contagem e a de Osasco. Segundo Lima (2010), estas duas mobilizações foram muito significativas em termos de resistência frente ao regime ditatorial, pois envolveram mais de 3000 trabalhadores, contudo, a presença das mulheres dirigentes desses processos desapareceu dos livros de história e das fontes oficiais. A verdade é que neste momento histórico os movimentos de trabalhadores assim como os movimentos

---

<sup>4</sup> <https://jus.com.br/artigos/62919/mulheres-operarias-e-sindicalistas-em-tempos-de-ditadura> - acesso em 29-07-2018

sociais no geral ficaram muito desarticulados por conta do regime. Com o fim da ditadura militar e o início do período de redemocratização a organização social começou a ser restabelecida.

## 2.2 - O surgimento da CUT: contexto e origens

Com a crise do modelo econômico aplicado pela ditadura militar no fim dos anos de 1970, algumas medidas vão dando sinais de retorno da democracia como o fim do AI-5 em 1978, a anistia em 1979 e a permissão para reorganização política e partidária. (MATTOS, 2009).

É dentro deste contexto, que, no dia 12 de maio de 1978, os trabalhadores da Scania paralisaram suas atividades, chegaram, bateram cartão, colocaram o uniforme, foram até suas máquinas e cruzaram os braços. Paralisaram reivindicando melhores salários, dando início a uma onda grevista forte, espontânea e desordenada (SILVA, 2008). É a partir da organização dos metalúrgicos de São Bernardo que um movimento com caráter político "novo" surge. Aponta-se como orientações deste novo sindicalismo: a) autonomia sindical frente ao Estado; b) independência em relação aos partidos políticos e liberdade de escolha partidária de seus participantes; c) negociações diretas entre empregados e patrões, sem intervenção governamental; d) movimentação pelas bases e criação de uma democracia interna ao movimento; e) nova forma de organização, trazendo o sindicato ao próprio local de trabalho e a criação de comissões de fábrica (SCHERER-WARREN, 1987).

O final da década de setenta no Brasil foi marcado justamente por tal movimento iniciado a partir das greves do ABC<sup>5</sup>, que se passou a denominar como “Novo Sindicalismo”, caracterizado por práticas que indicariam sua novidade na recente história sindical brasileira. Este sindicalismo representaria uma ruptura com as práticas estabelecidas pelo movimento sindical no pré-64. Ou seja, tal movimento incorporava uma negação do que se havia sido feito no período anterior ao golpe militar de 1964 pelo *velho sindicalismo*, classificado como *populista* (SANTANA, 1998), ao qual eram atribuídas as características do distanciamento das bases, pouco empenho reivindicatório e atrelamento à estrutura sindical corporativa.

---

<sup>5</sup> ABC paulista é a sigla utilizada para se referir às cidades de Santo André (A), São Bernardo do Campo (B) e São Caetano do Sul (C), que ficam no estado de São Paulo e têm forte tradição industrial.

A disputa que ocorreu no movimento sindical neste momento se dava entre dois blocos: Os denominados *autênticos*, aglutinados ao redor dos sindicalistas metalúrgicos do ABC paulista em conjunto com os grupos denominados de *Oposições Sindicais*; já o outro bloco agregava as lideranças tradicionais do movimento sindical, tais como os sindicalistas identificados com os setores chamados de *pelegos* pelos sindicalistas que se autodenominavam *autênticos*<sup>6</sup>, bem como os militantes de setores da esquerda oriundos das fileiras do PCB (Partido Comunista Brasileiro), PC do B (Partido Comunista do Brasil) e do MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro), compondo o bloco *Unidade Sindical*. Posteriormente, os referidos blocos dariam origem à criação da CUT (*autênticos*) e à criação da CONCLAT (Unidade Sindical). (CARDOSO, 2003)

Um dos marcos de surgimento do sindicalismo *autêntico* se deu justamente quando um grupo de sindicalistas no V Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), ainda em 1978, se opôs às diretrizes dos setores chamados *pelegos* pela oposição na confederação. Após tal marco, as divergências foram aumentando ao longo do tempo, se espalhando para a temática da estrutura sindical, a participação das *Oposições Sindicais* e de setores populares no interior de seus movimentos, bem como com relação à política mais geral, especialmente no que tange ao combate à ditadura militar, vez que o bloco dos *autênticos* defendia um combate direto ao governo ditatorial a partir da organização da demanda dos trabalhadores, enquanto o outro bloco visava evitar enfrentamentos diretos com o governo. Tal processo tem desfecho com a constante aproximação dos *autênticos* e as *Oposições Sindicais* e a formação do PT, acabando por garantir em definitivo o cisma que gerou a formação das duas organizações sindicais supramencionadas: CUT e CONCLAT (SANTANA, 1998).

Cabe ressaltar também que as profundas alterações na estrutura social e econômica brasileira promovidas pela modernização conservadora sob a ditadura permitiram ao “Novo Sindicalismo” contar com uma base de *novos atores*, constituindo uma classe trabalhadora

---

<sup>6</sup> Tanto o termo *autêntico* quanto o termo *pelego* são utilizados nas disputas sindicais da época, e os dois foram cunhados pelos sindicalistas metalúrgicos do bloco autodenominado *autêntico*. Esses termos são utilizados com frequência na literatura brasileira sobre sindicalismo, tanto Marco Aurélio Santana como Adalberto Cardoso os utilizam.



jovem, nova em tempo e espaço e, portanto, livre das características dos *velhos* operários (SANTANA, 1998).

Assim, o advento da greve dos metalúrgicos do ABC paulista em 1978, abriu espaço para as seguidas paralisações que se espalharam por outras categorias, e romperam com os estreitos limites estabelecidos pela lei anti-greve, com o arrocho salarial, e o silêncio geral ao qual estava submetida a classe trabalhadora ao menos desde 1964, e se agravando em 1968 com a edição do AI-5 em 13 de dezembro deste ano. As greves seguintes, de 1979 e 1980, tiveram volume ainda maior do que a anterior, incorporando-se a tal movimento outras categorias em um verdadeiro ascenso da classe trabalhadora no Brasil.

Foi a partir dessas greves do ABC paulista no ano de 1978, que surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) no ano de 1980 e a CUT em 28 de agosto de 1983 (MATTOS, 2009). Como já mencionado, a CUT tem origem a partir dos sindicalistas metalúrgico (que se autodenominavam autênticos) e tinha forte ligação com esse processo grevista do ABC. A linha de frente de sua formação foi composta principalmente pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e movimentos populares (CPDOC, 2018). Sem esquecer também da forte participação e articulação do PT na concepção e fundação da CUT, sendo ator fundamental para o seu surgimento.

A primeira forte sinalização para a criação da CUT aconteceu na I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, em 1981, onde foi formada uma Comissão Nacional Pró-CUT. Neste momento, havia grande disputa entre as duas grandes tendências do sindicalismo no Brasil já referidas anteriormente: a Unidade Sindical; e a Articulação Nacional dos Movimentos Populares Sindicais - Anamos (CPDOC, 2018) - que representava o bloco dos autênticos.

Esta disputa gerou uma grande cisão entre esses dois setores, fazendo com que Anamos realizasse um Congresso Nacional em São Bernardo do Campo nos dias 26, 27 e 28 de agosto de 1983, composto por mais de cinco mil delegados, sendo 355 sindicatos urbanos e 310 sindicatos rurais representados no congresso, além de representações de 5 federações de trabalhadores, 8 entidades nacionais e uma confederação, fundando a Central Única dos Trabalhadores, a CUT. Enquanto isso, em novembro do mesmo ano a Unidade

Sindical organizou seu próprio congresso e fundou a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) que depois se tornaria a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) (CPDOC, 2018). A CUT apontava na época que as principais diferenciações com a CGT eram a defesa pela liberdade e autonomia sindical, a disposição nos locais de trabalho e por ramo de atividade produtiva.

Apesar da década de 1980 ter sido decadente para o sindicalismo no *capitalismo avançado* no mundo, no Brasil estes foram anos de fortalecimento e crescimento da organização sindical. Por sua vez, o “Novo Sindicalismo” se tornou, através da CUT, o projeto mais duradouro da história do sindicalismo nacional, incorporando sua parcela mais significativa (SANTANA, 1998).

O surgimento da CUT a partir do “Novo Sindicalismo” e articulado com a fundação do PT deram espaço para a aproximação de diversos movimentos populares e sociais de forte questionamento sistêmico. Um deles foi o movimento feminista. Tanto na origem da CUT como na origem do PT é possível verificar a forte presença de movimentos feministas nas fileiras de sua composição. Não por acaso, segundo Ferreira (2005), a CUT se tornará a Central Sindical brasileira pioneira nas discussões de gênero em seu interior.

### **2.3 O encontro do sindicalismo e do feminismo**

Como apresenta Costa (2014), apesar de grande participação na luta da classe trabalhadora no Brasil, pouco se fala da participação das mulheres na organização sindical. Partindo desta percepção, Fraccaro (2016) chama atenção ainda para a necessidade de buscar ultrapassar os obstáculos construídos pelas próprias organizações sindicais para enfim perceber que a organização política das mulheres trabalhadoras “*não pode ser entendida como excepcionalidade*”, e para isso é preciso compreender a inserção das mulheres no movimento sindical através das suas pautas específicas e a forma como essas lutas se introduziram na articulação mais geral da classe trabalhadora. Neste sentido, buscaremos através de uma breve recapitulação, relatar os processos que uniram a luta das mulheres e o sindicalismo, principalmente a partir do período de redemocratização.

Com vistas a entender a baixa sindicalização e focalizar suas demandas e disputas, é preciso abordar a presença das mulheres no movimento operário tendo

em vista suas pautas específicas e a forma como essas reivindicações se inseriam na atuação política mais ampla da classe. É preciso, também, verificar como as tensões do movimento de trabalhadores e a vida política (...) afetaram a busca pelos direitos das mulheres.(FRACCARO, 2017, p. 76).

O movimento feminista e os movimentos populares ao longo do curso de nossa história, tiveram papel fundamental em colocar sob questionamento as relações de opressão entre homens e mulheres nos diversos âmbitos da vida, aglutinando muitas mulheres e transformando-as em sujeitos políticos. Entretanto, até a década de 1970 não houve sucesso do movimento feminista na empreitada de organizar mulheres de diferentes classes sociais em torno de uma plataforma unitária de transformação das relações sociais de gênero (PAOLI, 1985).

Instaurado o regime militar através do golpe de 1964, a perseguição aos movimentos sociais, populares e de trabalhadores teve como uma das suas principais consequências a desorganização dos mesmos. Frente a uma forte repressão, durante quase duas décadas houve uma ausência de manifestações destes movimentos organizados. Há, no entanto, segundo Melo (2017) uma certa coesão no entendimento de que houve no Brasil um renascimento do movimento feminista em meados da década de 1970, que foi uma época importante para recolocar as mulheres no espaço público externando suas práticas e vivências do ambiente privado e participando mais ativamente da vida política do país em diversas frentes. Uma delas é o sindicato.

Alguns fatores foram fundamentais para que a questão das mulheres começasse a invadir o ambiente sindical. Um dos mais importantes é o crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho. Este aumento da presença das mulheres no mercado ocorreu pela necessidade de incrementar a renda familiar devido a decadência do modelo econômico implementado pelos governos militares, que vinha se provando insuficiente (MARQUES, 2016).

O aumento da presença das mulheres brasileiras no mercado de trabalho gerou também consequências para a base do movimento sindical. Entre 1970 e 1978 a taxa de participação sindical das mulheres cresceu 176% ao passo que a masculina foi de 87%<sup>7</sup>. Este

---

<sup>7</sup> Dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), apud. Costa, 2014.

é também o momento em que começam a eclodir as primeiras mobilizações de mulheres trabalhadoras no Brasil. As primeiras a despontar foram as mulheres metalúrgicas que, em 1978, realizaram o primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo do Campo e Diadema, e em 1979 realizaram também o primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica de São Paulo (COSTA, 2014).

Um outro fator que auxiliou na articulação entre o debate feminista e o sindicalismo foi o surgimento das “*oposições Sindicais*”, entre 1979-1995, que eram basicamente compostas de plataformas que objetivavam renovar e redesenhar as práticas do sindicalismo. Este discurso deu muita abertura para o discurso feminista bem como motivou o crescimento do número de mulheres ingressantes na vida sindical (ARAÚJO & FERREIRA, 2001).

O discurso feminista poderia ser identificado através da pressão exercida junto às lideranças sindicais, no sentido de fortalecer os processos e mecanismos de filiação feminina, na abertura de espaços na representação sindical, através de uma maior participação nas estruturas de poder, e na constituição dos Departamentos Femininos. São esses Departamentos os principais polos de articulação, discussão e reflexão sobre as discriminações sexistas nas relações de trabalho e nas práticas sindicais (CAPPELLIN, 1994).

Agora que observamos algumas das nuances que envolvem o debate sobre a luta das mulheres trabalhadoras, analisaremos de maneira direcionada, o que mostram os dados sobre a sindicalização no Brasil nos últimos anos.

#### **2.4 As mulheres e os sindicatos: uma análise dos números**

Até aqui observamos que as mulheres, apesar de serem parte fundamental da mobilização da classe trabalhadora, muitas vezes não aparecem nos livros e nos relatos históricos. As narrativas são masculinas e os processos dirigidos por homens. Nesta seção, buscaremos analisar como é a participação das mulheres nos índices de sindicalização no Brasil.

No Brasil, ao contrário de outros tantos países, os sindicatos representam todos os trabalhadores, independentemente de serem filiados ou não. Segundo o Relatório de 2016 do

IPEA que leva o título: Sindicatos no Brasil: O que esperar no futuro próximo?” (CAMPOS, 2016), no Brasil existiam 10,8 mil sindicatos que representavam 107,2 milhões de trabalhadores. Segundo Campos (2016) a taxa de sindicalização é muitas vezes considerada pela literatura como uma forma de medir a proximidade entre trabalhadores e sindicatos, pois este fato por si só (de ser sindicalizado) pode influenciar na mobilização do trabalhador ou da trabalhadora para greves, passeatas e paralisações, por exemplo.

Atualmente no Brasil, segundo este relatório, 16,2% dos trabalhadores são sindicalizados. A taxa de sindicalização é maior entre os trabalhadores rurais (22,7%) do que entre os trabalhadores urbanos (15,0%). E ainda analisando os trabalhadores urbanos essa taxa é maior entre os empregados públicos (36,8%) do que entre os empregados do setor privado (20,3%).

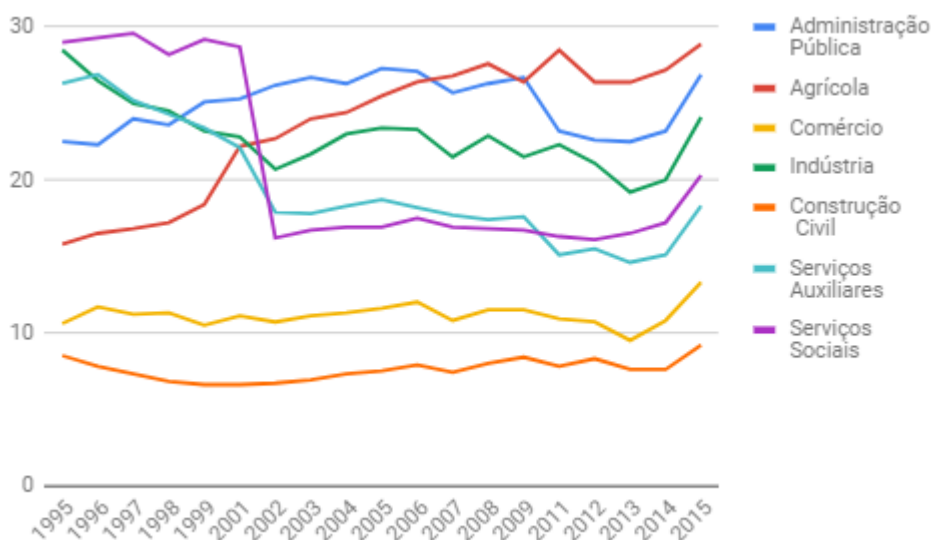
Um exercício interessante com a Pnad-2014/IBGE é construir um modelo usando uma regressão logarítmica binomial para aferir as chances de um trabalhador ser filiado a um sindicato, de acordo com diferentes atributos pessoais e também de suas ocupações/empregos. Um sumário dos resultados deste exercício encontra-se nos gráficos 2 e 3,20 sendo possível observar que: • entre os trabalhadores rurais, o fato de serem mais velhos, de viverem na região Nordeste, de permanecerem mais tempo na mesma ocupação e de serem pequenos produtores (conta própria) são atributos positivamente relacionados à associação sindical, assim como o fato de serem do sexo feminino se revela uma característica negativamente relacionada; e • entre os trabalhadores urbanos, o fato de serem empregados públicos ou privados registrados, de terem um maior rendimento e de permanecerem mais tempo no mesmo emprego são atributos relacionados positivamente à associação sindical, assim como o fato de trabalharem em serviços domésticos, na construção ou no comércio são características negativamente relacionadas. (CAMPOS, 2016, p.12)

Um outro aspecto importante a ser analisado quando observamos as taxas de sindicalização de homens e mulheres é o setor de atividade de concentração. Para esta análise foram elaborados alguns gráficos a partir dos dados da plataforma Retrato das desigualdades de Gênero e Raça no Brasil<sup>8</sup>. Vejamos alguns gráficos:

---

<sup>8</sup> “O Retrato das desigualdades de gênero e raça tem por objetivo disponibilizar informações sobre a situação de mulheres, homens, negros e brancos em nosso país. Para tanto, apresenta indicadores oriundos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, sobre diferentes campos da vida social, de forma a disponibilizar para pesquisadores/as, estudantes, ativistas dos movimentos sociais e gestores/as públicos um

Gráfico 3 – Proporção de ocupados/as sindicalizados/as de 16 anos ou mais de idade, segundo setor de atividade – Brasil, 1995 à 2015.



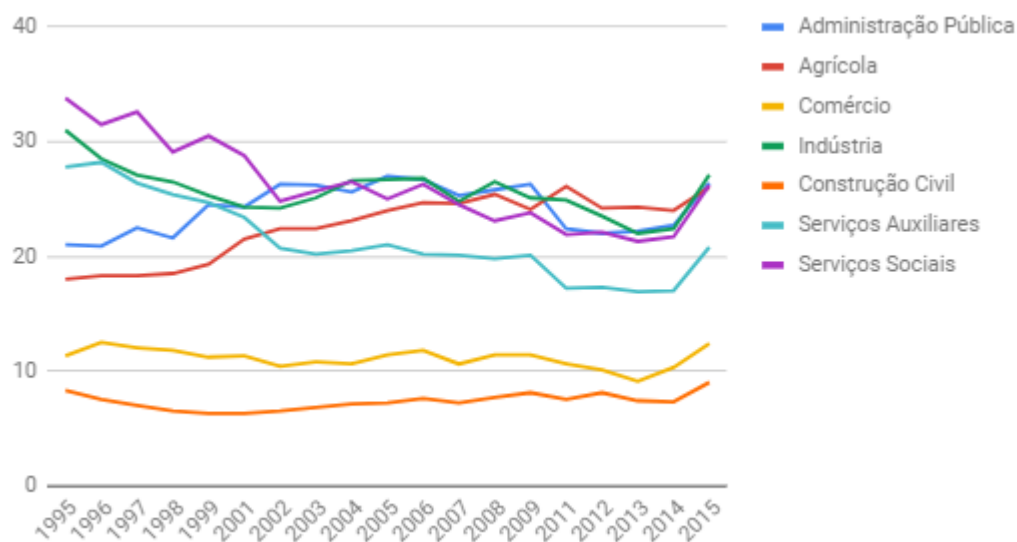
Fonte: IPEA/PNAD, vários anos. Elaboração própria<sup>9</sup>

No Gráfico 3 podemos observar que em 2015 os três setores com maior taxa de sindicalização eram, do maior para o menor: Agrícola, Administração Pública e Indústria, enquanto os três com menores taxas de sindicalização, do menor para o maior eram: Construção Civil, Comércio e Serviços auxiliares. Sendo que os Serviços sociais que tinham as mais altas taxas no início da década de 1990 tiveram uma drástica queda a partir dos anos 2000. A alta taxa de sindicalização agrícola se dá pelo fato de que, por ser um setor de muita informalidade, para ter acesso à aposentadoria a sindicalização serve como comprovação de tempo de trabalho e é uma condição para garantir o direito previdenciário. Além disso, a Administração Pública é muito forte nos índices de sindicalização por aglutinar postos que garantem alto índice de estabilidade no emprego, o que dá mais segurança aos trabalhadores para se sindicalizarem. Agora, vamos observar como ficam estes gráficos quando analisamos os índices de homens e mulheres separadamente:

panorama atual das desigualdades de gênero e de raça no Brasil, bem como de suas interseccionalidades. Os indicadores são apresentados tanto para mulheres e homens, negros e brancos, quanto para mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos e homens negros” <http://www.ipea.gov.br/retrato/> - acesso em 29-07-2018

<sup>9</sup> Serviços Auxiliares: alojamento, alimentação, transporte, comunicação e armazenagem/Serviços Sociais: serviços sociais, domésticos, educação e saúde

Gráfico 4 – Proporção de homens ocupados sindicalizados de 16 anos ou mais de idade segundo setor de atividade – Brasil – 1995 à 2015

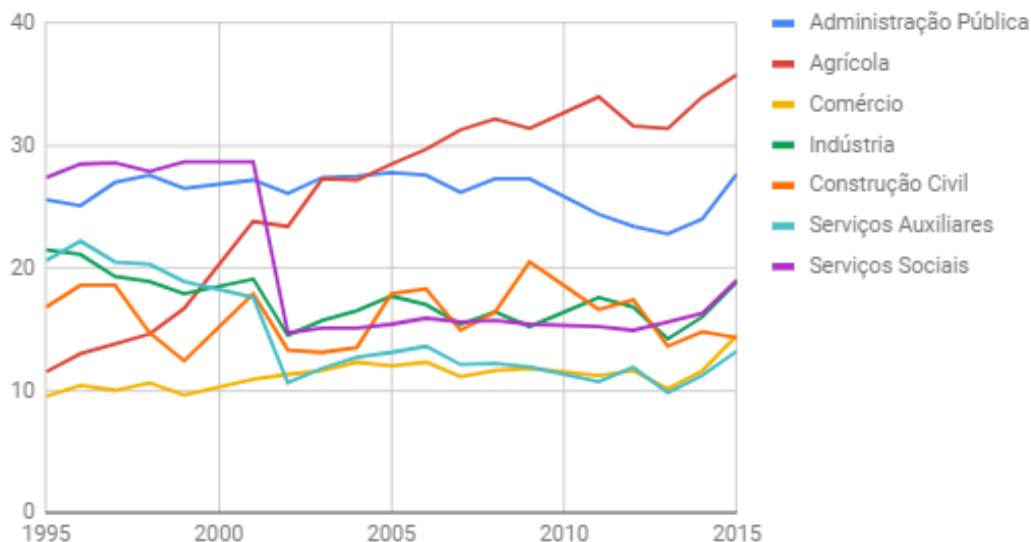


Fonte: IPEA/PNAD, vários anos. Elaboração própria.

Para os homens o contexto é um pouco diferente, as três áreas em 2015 onde os homens estavam mais presentes em termos de associação aos sindicatos eram: Administração Pública (26,4%), Serviços Sociais (26,2%) e Agrícola (26%). E as menores áreas para a associação masculina em sindicatos são: Construção Civil (9%), Comércio (12,4%) e Serviços Auxiliares (20,8%).

É interessante perceber que a queda verificada no quadro geral para o setor de Serviços Sociais também ocorre para os homens no mesmo período, guardadas as devidas proporções.

Gráfico 5 – Proporção de mulheres ocupadas sindicalizadas de 16 anos ou mais de idade segundo setor de atividade – Brasil – 1995 à 2015



Fonte: IPEA/PNAD, vários anos. Elaboração própria.

Observando o gráfico sobre o nível de associação das mulheres a sindicatos, percebemos que as maiores áreas de concentração delas estão em: Agrícola (35,8%), Administração Pública (27,7%) e Serviços Sociais com (19%). Vale ressaltar que estes três últimos gráficos são referentes à proporção da população ocupada sindicalizada.

É importante ressaltar que a taxa de mulheres sindicalizadas aumentou proporcionalmente nos setores de atividade em que houve redução de mulheres ocupadas, com relação à distribuição total de mulheres ocupadas, e diminuiu nos setores de atividades nos quais houve crescimento relativo das mulheres ocupadas no período. Como exemplo, podemos citar tanto o setor agrícola como o de serviços sociais. Enquanto em 1995, 20,9% do total das mulheres ocupadas estavam localizadas no setor agrícola, a taxa de sindicalização das mulheres no mesmo setor, alcançava 11,5%, sendo que em 2015, quando o percentual de mulheres no setor caiu a 9,5% do total de mulheres ocupadas, a taxa de sindicalização das mulheres no mesmo foi a 35,8%. Já com o setor de Serviços Sociais, ocorreu exatamente o oposto. Em 1995, o referido setor era responsável pela ocupação de 17,2% do total de mulheres ocupadas no Brasil, sendo a taxa de sindicalização feminina, de 27,4%. Em 2015, quando o setor passou a ser responsável pela ocupação de 33,7% das mulheres ocupadas no Brasil, a taxa de sindicalização feminina no mesmo foi a 19,0%.



Segundo Pichler (2011), entre os anos de 2009 e 2012, os índices de sindicalização no Brasil cresceram significativamente, esse crescimento foi próximo de 50,4%. Em 1992, 10.934.194 pessoas no Brasil eram associadas a sindicato, desses apenas 3.133.903 eram mulheres, ou seja, apenas 28,6% do total. Essa proporção é ainda menor quando falamos das mulheres trabalhadoras rurais. De um total de 2.373.598 trabalhadores associados a sindicatos, apenas 473.022 mulheres, sendo esse número apenas 20% do total.

Tabela 5 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e associadas a sindicato, por situação de domicílio e sexo, no Brasil – 1992 -2009

ANOS	TOTAL			URBANA			RURAL		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1992	10 934 194	7 800 291	3 133 903	8 560 596	5 899 715	2 660 881	2 373 598	1 900 576	473 022
1993	11 025 587	7 680 278	3 345 309	8 592 255	5 800 121	2 792 134	2 433 332	1 880 157	553 175
1995	11 281 372	7 670 986	3 610 386	8 893 337	5 932 067	2 961 270	2 388 035	1 738 919	649 116
1996	11 305 388	7 520 122	3 785 266	8 952 314	5 833 789	3 118 525	2 353 074	1 686 333	666 741
1997	11 240 974	7 441 943	3 799 031	8 820 834	5 752 648	3 068 186	2 420 140	1 689 295	730 845
1998	11 148 207	7 240 173	3 908 034	8 691 228	5 544 770	3 146 458	2 456 979	1 695 403	761 576
1999	11 508 813	7 387 837	4 120 976	8 768 845	5 572 474	3 196 371	2 739 968	1 815 363	924 605
2001	12 733 350	7 921 143	4 812 207	9 929 571	6 187 896	3 741 675	2 803 779	1 733 247	1 070 532
2002	13 299 208	8 314 658	4 984 550	10 303 052	6 468 753	3 834 299	2 996 156	1 845 905	1 150 251
2003	14 169 802	8 640 234	5 529 568	10 905 128	6 705 489	4 199 639	3 264 674	1 934 745	1 329 929
2004	15 200 906	9 295 312	5 905 594	11 547 276	7 102 084	4 445 192	3 653 630	2 193 228	1 460 402
2005	16 001 656	9 690 487	6 311 169	12 117 283	7 387 738	4 729 545	3 884 373	2 302 749	1 581 624
2006	16 594 477	10 027 763	6 566 714	12 686 809	7 765 626	4 921 183	3 907 668	2 262 137	1 645 531
2007	16 038 881	9 637 286	6 401 595	12 285 246	7 458 246	4 827 000	3 753 635	2 179 040	1 574 595
2008	16 770 135	10 088 911	6 681 224	12 895 582	7 838 454	5 057 128	3 874 553	2 250 457	1 624 096
2009	16 450 356	9 886 409	6 563 947	12 677 871	7 709 597	4 968 274	3 772 485	2 176 812	1 595 673

Fonte: PNAD/IBGE. Vários anos. Apud Picher (2011).

Em sua pesquisa, Pichler (2011), aponta que em 2009 os homens eram 60,1% do total geral de associados, enquanto as mulheres eram 39,9%. No período analisado pelo autor, de 1992 à 2009, os homens tiveram um crescimento de 26,7%, ao passo que as mulheres cresceram 109,4% em termos de associação a sindicatos. Isso significa dizer que as mulheres representaram 62,2% do total de novos sócios adquiridos nesse período. Pichler (2011) chama atenção ainda para o fato de que mesmo que os homens ainda fossem maioria em 2009, o crescimento da filiação de mulheres era muito significativo, e que este fator estaria diretamente ligado ao crescimento da presença feminina no mercado de trabalho.

A presença feminina nos sindicatos aumentou, é fato. Mas como é a participação dessas mulheres nas diretorias sindicais? Elas estão representadas? As pautas das mulheres trabalhadoras estão nas lutas gerais dos sindicatos e das centrais? Esta dissertação buscará analisar a Central Única dos Trabalhadores a partir dessas perguntas.

### **CAPÍTULO III - A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES: UMA HISTÓRIA ESCRITA SOB UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO**

A divisão sexual do trabalho e a divisão social do espaço entre público e privado ocasionaram uma dificuldade estrutural para a mulher participar da vida política. Nos sindicatos esta realidade não é diferente. A entrada da mulher no mercado de trabalho acontece em meio a muitos conflitos. As duplas ou triplas jornadas exigem da mulher trabalhadora uma carga horária exaustiva que dificulta sua participação mais ativa na vida política.

A CUT desde sua fundação traz em seus documentos e resoluções uma preocupação com a realidade da mulher trabalhadora. Segundo Delgado (1996), a organização das mulheres trabalhadoras ocorreu como consequência de três fatores que se entrecruzaram no período entre o fim da década de 1970 e o começo da década de 1980, dando espaço para a criação de políticas específicas para as mulheres tanto no debate geral da classe trabalhadora como no meio sindical. São eles: a) o crescimento da presença feminina no mercado de trabalho; b) o feminismo e o movimento organizado de mulheres; c) o novo sindicalismo. Segundo Souza-Lobo (2011) o movimento operário com origem na década de 1970 é certamente o fator mais importante dentre os três, contudo, é o movimento de mulheres que representa a grande novidade.

Para Oliveira (1999), os questionamentos trazidos pelos movimentos feministas para dentro da CUT, como a discriminação de gênero no ambiente de trabalho, a dupla jornada e o entendimento do trabalho doméstico invisível como um trabalho não remunerado, por exemplo, foram imprescindíveis para mobilizar mais mulheres trabalhadoras (e principalmente aquelas já inseridas no movimento sindical) em torno da organização política de enfrentamento à prática sindical que era pautada pelos homens.

Numa análise ampla dos documentos da entidade, destacando-se as suas resoluções congressuais, é possível perceber uma importância para a questão de gênero. Nos textos há frequentemente um apontamento da preocupação com a mulher trabalhadora e sua maior inserção no mercado de trabalho ao longo dos anos, bem como abordagens sobre a questão da participação da mulher nos espaços de direção sindical. Nesta seção, apresenta-se de forma

detalhada o histórico da organização das mulheres na entidade desde o primeiro congresso. Pontuando elaborações e acúmulos da CUT sobre a questão das mulheres (no trabalho e na vida sindical), e a participação das mulheres nas diretorias.

Para analisar a composição das diretorias, utilizou-se como critério apenas a análise da composição da Executiva Nacional e Direção Nacional (que em muitos anos aparecem listadas conjuntamente), não foi considerado para esta análise: suplentes e vagas estaduais na direção nacional. Segundo a resolução do 1º Congresso Nacional da CUT “os membros da Direção Nacional, da Executiva Nacional e do Conselho Fiscal serão eleitos no Congresso Nacional e o mandato da Direção Nacional será de 2 (dois) anos, podendo haver reeleição de seus membros” (CUT, 1984).

### **3.1 - 1º Congresso Nacional da CUT – 1984**

O primeiro Congresso Nacional da CUT aconteceu no Pavilhão Vera Cruz, em São Bernardo do Campo, no estado de São Paulo, entre os dias 24, 25 e 26 de agosto de 1984. No Caderno de Resoluções deste ano é possível verificar muita referência à importância da fundação da CUT à partir da comissão pró-CUT eleita na CONCLAT; a necessidade de encampar a luta por eleições diretas e para isso enraizar a central, criando as CUTs estaduais e municipais; além da urgência de enfrentamento ao modelo econômico vigente (CUT, 1984).

Neste congresso participaram 308 entidades de representação rural com um total de 1.592 participantes desta categoria; 144 entidades de representação da indústria com 1.054 representantes da categoria; 246 entidades do setor de serviços, com o total de 1.374 de participantes da categoria; e 239 associações profissionais com 1.240 representantes<sup>10</sup>.

Neste primeiro congresso, a questão das mulheres está presente, porém, sem evidência ou centralidade. Esta é abordada de maneira genérica, tendo a palavra mulher/mulheres sido citada apenas três vezes ao longo de todo o documento congressual. Duas vezes fazendo referência à situação das mulheres trabalhadoras rurais: uma delas reafirmando a luta para serem reconhecidas como tal e não como domésticas; e, na outra,

---

<sup>10</sup> Números totais referentes a delegados e observadores

defendendo a diferença na idade para aposentadoria entre homens e mulheres do campo, sendo a deles 50 anos e a delas 45.

A outra referência, aparece logo no início do documento, na seção intitulada “*Plataforma De Lutas Dos Trabalhadores*”: “*Contra todo e qualquer tipo de discriminação contra os negros, as mulheres e as minorias.*” (CUT, 1984. p.13). Apesar de existir uma preocupação com a questão da mulher de maneira geral, não há neste documento preocupações e elaborações específicas sobre o tema da mulher no âmbito do trabalho nem na vida sindical.

Neste congresso a composição da diretoria de acordo com o sexo foi a seguinte:

Tabela 6 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 1984

<b>1º Congresso Nacional da CUT – 1984</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional <sup>11</sup>	15	14	93,30%	1	6,70%

Fonte: CUT (1984). Elaboração própria

A única mulher eleita neste congresso foi Ana Lúcia da Silva, professora, nascida em Carmo do Paranaíba – MG no ano de 1942, sindicalista da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás. Ela ocupou o cargo de Secretária de Formação da entidade nesta gestão, permanecendo na direção da entidade até 1991.

### **3.2 - 2º Congresso Nacional da CUT - 1986**

O segundo Congresso Nacional da CUT aconteceu no Ginásio do Maracanãzinho, no Rio de Janeiro, entre os dias 31 de julho, 1,2 e 3 de agosto de 1986. Este congresso aconteceu às vésperas das eleições gerais para o Congresso Constituinte de 1987-1988. Neste documento as quatro principais bandeiras e questões tratadas pela entidade foram: “*Terra,*

<sup>11</sup> A CUT neste ano estabeleceu que a Executiva Nacional seria composta por 15 (quinze) membros efetivos, a direção nacional do ano de 1984 era composta por representações estaduais e federativas, dando um total de 83 membros, que não tinham diligência sobre a entidade como a executiva, por isso não foram analisados.

*salário, emprego e liberdade; Direito irrestrito de greve, liberdade e autonomia sindical; Não pagamento da dívida externa; Participação popular na Constituinte”* (CUT, 1986. p.1).

No 2º CONCURTO, participaram 366 entidades de trabalhadores rurais, com 1.953 delegados; 182 entidades de trabalhadores da indústria com 1.201 delegados; 114 entidades de funcionários públicos, com 616 delegados; 76 entidades de profissionais liberais com 330 delegados; e 276 entidades do setor de serviços com 1.464 delegados.

Neste ano a questão das mulheres trabalhadoras apareceu com muito mais centralidade e conteúdo ao longo do documento. Na primeira citação há um direcionamento político em relação à eleição dos congressistas constituintes, clamando a classe trabalhadora que saísse às ruas para eleger representantes que de fato defendessem seus interesses, onde pode-se ler:

“Ou o povo brasileiro sai às ruas numa grande mobilização de massa através de suas entidades democráticas, para garantir na Constituição os seus interesses imediatos e históricos, e ainda elegendo um bloco parlamentar verdadeiramente comprometido com seus anseios de justiça, ou repetiremos, mais uma vez, o triste espetáculo de nossa história republicana marcada por constituintes de fazendeiros, patrões e generais, onde estavam ausentes os operários, os camponeses, os pobres, os negros, os índios e as mulheres” (CUT, 1986.p.13).

Outro ponto relevante que apareceu nas resoluções deste congresso referente à questão das mulheres e a luta pela *“garantia de licença maternidade para todas as mulheres trabalhadoras, inclusive empregadas domésticas e trabalhadoras rurais”* (CUT, 1986.p.14), que até aquele momento não era ainda um direito universal.

Além disso, apareceu como ponto de resolução geral da entidade, mais especificamente o de número 10, a *Campanha Nacional “Creche Para Todos”* (CUT, 1986.p.20-21). Neste ponto, o documento discorre sobre o crescimento das mulheres no mercado de trabalho e a tendência de progressão deste índice, e conseqüentemente as duplas jornadas de trabalho. Apareceram ainda como elementos centrais sobre a questão das mulheres: a crítica ao não reconhecimento das trabalhadoras rurais como tais e sim como domésticas ou dependentes dos maridos e filhos; e um forte questionamento ao enquadramento majoritário das mulheres em funções ditas “femininas”, muitas vezes usado como motivo para remunerações muito inferiores às dos homens. Por fim, o documento atenta para a reprodução do trabalho invisível de cuidados realizado pelas mulheres e a

necessidade de responsabilização do Estado por isso, justificando a necessidade da campanha nacional pela creche pública:

Acrescenta-se a isso o fato de o trabalho de atendimento das necessidades cotidianas dos trabalhadores não ser assumido como responsabilidade social e dever do Estado, recaindo sobre a própria família, assumido prioritariamente pelas mulheres, que arcam com uma dupla jornada de trabalho; além de realizarem um trabalho que não é pago (CUT, 1986, p. 21).

Esta campanha se daria em termos gerais organizativos da seguinte forma:

(...) maior mobilização das mulheres trabalhadoras e da classe em seu conjunto por se tratar de uma bandeira de interesse dos homens e mulheres trabalhadores; um instrumento de pressão à classe patronal por estar diretamente vinculada às condições de trabalho; unificação com o movimento popular, onde a luta pelo direito a creches já é presente há vários anos; uma reivindicação que poderá ser transformada em conquista imediata, podendo ser viabilizada em cada local (fábrica, cidade, campo), respeitadas as condições mais favoráveis para cada realidade.

A Campanha Nacional da CUT Creche Para Todos deverá preservar a garantia de creches gratuitas, mantidas pelo Estado e pelos patrões, sob controle dos trabalhadores, e como direito irrestrito dos pais e crianças (CUT, 1986, p. 22).

Ainda apareceu outro aspecto importante relacionado às mulheres trabalhadoras no Caderno de Resoluções do 2º CONCUR, e este tem grande destaque no documento: a *“Participação da mulher trabalhadora na luta de classes”* (CUT, 1986, p. 21-22). Este texto apresenta uma reflexão sobre a inserção das mulheres na vida sindical e porque ainda existiam diferenças muito grandes na participação feminina e masculina, dentre elas *“a ausência de uma política adequada por parte do movimento sindical que estimule e facilite a participação das mulheres, considerando suas dificuldades”* (CUT, 1986, p. 21). O texto coloca em questão a importância da CUT, enquanto direção do movimento sindical, encampar uma política que conscientize, incentive e facilite a participação das mulheres na *“luta geral da classe trabalhadora”* (CUT, 1986, p. 21).

É através desta contextualização que neste ponto há a proposta da criação de uma *“Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora - CQMT”* dentro da entidade, que estaria ligada diretamente à Secretaria de Política Sindical (nos níveis nacional e estadual) e teria as seguintes atribuições:

a) Elaboração de propostas e projetos políticos sobre a questão da mulher trabalhadora para subsidiar a Direção da CUT Estadual e CUT Nacional e sindicatos filiados à CUT; b) Subsidiar a Secretaria de Formação da CUT na

preparação de atividades de formação, publicações e materiais de formação sobre a questão da mulher trabalhadora; c) Elaborar propostas à Direção da CUT para a realização de encontros, seminários e levantamentos da situação das mulheres trabalhadoras para a definição das formas de luta sobre suas questões; d) Incentivar a assessorar os Sindicatos filiados e oposições sindicais em programas e projetos no sentido de buscar uma maior participação das mulheres trabalhadoras dentro de sua entidade sindical, nas lutas específicas de sua categoria e nas lutas gerais da classe trabalhadora (CUT, 1986, p. 21-22).

O nome escolhido para a CQMT, segundo Delgado (1996), não foi por acaso. Houve um forte debate entre as mulheres congressistas afirmando que não estavam lutando por um gueto de debate de gênero descolado das discussões gerais da entidade, e sim um espaço para gerar políticas para entidade sobre a questão da mulher trabalhadora.

Vale ressaltar que o secretário de Política Sindical, responsável pela organização desta comissão e convocação da primeira reunião era um homem, Delúbio Soares de Castro. A convocação para este primeiro encontro só ocorreu dois meses após o congresso, e a implementação da CQMT, apenas no ano seguinte, em 1987. Quem assumiu como coordenadora foi Maria Berenice Godinho Delgado, conhecida e citada nos livros e documentos como Didice Delgado. (DELGADO, CABRAL, *et al.*, 2006)

Didice Delgado (foto nos anexos) era assistente social de formação e pertencia ao Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado de São Paulo, tendo pertencido ao Conselho Fiscal efetivo da entidade de 1988 à 1991, e permaneceu como coordenadora da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora de 1987 à 1993<sup>12</sup>.

Além destes elementos apresentados (dando ênfase à *Campanha Nacional “Creche para todos”* e a *“Participação da mulher trabalhadora na luta de classes”*, que aparecem com muito destaque no documento), aparecem ainda outras questões, com menos centralidade, mas que são mencionadas, como: a luta pela garantia de que crianças e mulheres gestantes não pudessem ser contratadas em trabalhos que envolvessem o uso de agrotóxico e a equiparação salarial entre homens e mulheres (CUT, 1986)<sup>13</sup>.

Por fim, é importante atentar para a composição da diretoria eleita neste congresso:

---

<sup>12</sup> Todas as informações sobre as sindicalistas citadas neste capítulo foram retiradas do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, através da busca textual em seu acervo disponível no sítio: <http://cedoc.cut.org.br/dicionario-biografico/?periodo=cut> – acesso em 19/06/2018

<sup>13</sup> No 4º CONCUR o nome da Comissão é alterado para Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora



Tabela 7 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 1986

<b>2º Congresso Nacional da CUT – 1986</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional	15	14	93,30%	1	6,70%

Fonte: CUT (1986). Elaboração própria.

Como pode se observar, de novo, apenas 1 vaga foi ocupada por mulher, sendo a mesma do congresso anterior, Ana Lúcia da Silva, que ocupava desta vez a cadeira da Vice- Presidência da Região Centro-Oeste, sendo a proporção de homens a mesma do 1º CONCUT: 93,3%.

### **3.3 - 3º Congresso Nacional da CUT - 1988**

No ano de 1988, de 7 a 11 de setembro, aconteceu no Ginásio do Mineirinho, em Belo Horizonte, o 3º Congresso Nacional da CUT. Estava muito presente no debate político relatado no caderno de resoluções a oposição dura ao Governo Sarney e à política econômica implementada por ele, bem como uma avaliação muito crítica dos resultados da Constituinte que deu origem à Constituição de 1988 - CF88 (CUT, 1988).

Neste congresso *“participaram (...) 1.157 entidades, incluindo 160 oposições sindicais, com um total de 6.244 delegados. Somadas aí 7 entidades nacionais, com 26 delegados, representando enfermeiros, professores, docentes universitários, eletricitistas da Marinha de Guerra, funcionários do Ministério da Saúde e assistentes sociais”* (CUT, 1988, p. 53).

Sobre a questão da mulher, alguns tópicos já pautados em congressos anteriores ressurgiram. Tais como: a luta por creches entendendo que a responsabilidade do cuidado e automaticamente a jornada dupla de trabalho recai sobre as mulheres (neste congresso,

inclusive, a CUT encaminha um Dia Nacional de Luta pela Creche) e o enfrentamento às desigualdades sofridas pelas mulheres no âmbito do trabalho:

(...)salário desigual para a mesma função, discriminações às trabalhadoras grávidas e casadas e à mulher negra, dupla jornada de trabalho, limitações ao acesso a cargos e à profissionalização no trabalho, exigência de testes de gravidez para admissão ao emprego (CUT, 1988, p. 32).

Outro ponto importante é o entendimento por parte da entidade da necessidade de enfrentar a ofensiva patronal ao direito ao trabalho das mulheres, em função da aprovação na CF-88 da licença maternidade de 120 dias. Sobre isso, o documento ainda coloca entre as pautas de reivindicações para as jornadas de luta à seguir: o enfrentamento à demissão das mulheres grávidas, que até este momento não tinham garantido o direito de estabilidade.

Além disso, no texto intitulado “*Fim à discriminação da mulher*” contido na seção “*A CUT contra a discriminação social*” encontra-se um trecho que orientava a entidade para a luta junto às trabalhadoras domésticas pela regulamentação de seus direitos para que tivessem igualdade em relação às outras categorias de trabalhadores (CUT, 1988, p.32-33). É importante perceber que este é o primeiro Congresso da CUT a tratar sobre a temática do aborto em um tópico que leva o título: “*Enfrentar o problema social do aborto*”. Nele é possível identificar elementos como: a necessidade de compreender que a morte por abortos clandestinos também é uma questão de classe e o debate sobre o aborto como uma questão de saúde, por isso resolve:

Por colocar em jogo a saúde das mulheres da classe trabalhadora, a CUT, que defende os direitos das mulheres à livre opção pela maternidade, deve iniciar um processo interno de discussão para subsidiar um posicionamento político sobre a questão (CUT, 1988, p.33-34).

Finalmente, o documento apresenta a necessidade de fortalecer a Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora, criada no 2ºCONCUT, com o objetivo de ampliar o entendimento da integração da luta das mulheres nas pautas gerais da classe trabalhadora. Para isso, a entidade deveria se esforçar para fortalecer a CQMT e implementá-la em estados onde ainda não havia sido criada. Ainda sobre a CQMT houve a seguinte orientação:

Os departamentos profissionais da CUT devem elaborar estudos sobre a situação da trabalhadora dos respectivos ramos de produção visando incluir as reivindicações específicas da mulher nas pautas de negociação. A CUT deverá fazer um levantamento político dos movimentos organizados de mulheres trabalhadoras em todo o Brasil, incluindo as trabalhadoras rurais, trazendo essas

lutas para o seio da central. Através da Secretaria de Formação e da CQMT, deverá desenvolver atividades de formação sobre a questão da mulher trabalhadora para o conjunto dos seus militantes (CUT, 1988, p.34).

Naquele ano, a configuração da diretoria ficou desta forma:

Tabela 8 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 1988

<b>3º Congresso Nacional da CUT – 1988</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional <sup>14</sup>	20	19	95,00%	1	5,00%

Fonte: CUT (1986). Elaboração própria.

Neste congresso, apesar do aumento do número de cadeiras na direção executiva, apenas uma foi ocupada por uma mulher, sendo ela Rosiver Pavan, da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo/APEOESP, que ocupou o cargo de secretária de imprensa e divulgação. (CUT, 1988).

Rosiver Pavan era professora de formação e pertencia ao Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Foi suplente da direção nacional da CUT de 1986 à 1988, secretária de imprensa e divulgação de 1988 à 1991 e Secretária de Políticas Sociais de 1991 à 1994<sup>15</sup>.

### **3.4 - 4º Congresso Nacional da CUT - 1991**

O 4º Congresso Nacional da CUT aconteceu entre os dias 4 e 8 de setembro do ano de 1991, no Palácio das Convenções do Anhembi, em São Paulo. Naquele Congresso o texto de balanço político falava do acerto da CUT em ter debatido amplamente as necessidades e demandas dos trabalhadores durante o primeiro turno das eleições de 1989 e avaliava que fora um acerto o apoio da central à candidatura de Lula no segundo turno. (CUT, 1991).

<sup>14</sup> Neste congresso houve ampliação da executiva nacional, de 15 para 20 cadeiras

<sup>15</sup> Todas as informações sobre as sindicalistas citadas neste capítulo foram retiradas do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, através da busca textual em seu acervo disponível no sítio: <http://cedoc.cut.org.br/dicionario-biografico/?periodo=cut> – acesso em 19/06/2018

Sobre o quadro de participantes desse congresso, este foi o primeiro ano em que não houve uma relação detalhada sobre as entidades e os setores participantes. Contudo, há um dado importante informado por meio de uma nota de rodapé ao fim da última página, e que não havia sido mencionado em nenhum ano anterior: dos 1.546 participantes - inscritos e credenciados- 1262 eram homens e 284 mulheres, ou seja, a participação masculina somou mais de 80% do congresso (CUT,1991)<sup>16</sup>.

Neste documento há uma seção dedicada inteiramente à questão da mulher trabalhadora. O texto contido nela foi elaborado no 2º Encontro Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora e aprovado no 4º CONCUT. Esta seção está dividida em grandes áreas, podendo destacar entre elas: I- Trabalho (onde é possível citar a luta pelo salário igual para função igual e o fim da exigência dos atestados de esterilização e de teste de gravidez para admissão laboral); II- Creche (retomar o campanha “Creche para Todos” entendendo-a como direito da criança e dever do Estado); III - Saúde (assistência integral à saúde da mulher; saúde preventiva; realizar campanha contra esterilização em massa das mulheres; legalização do aborto); IV- Violência (denunciar e combater a violência sexual contra as mulheres e criar pela CUT uma instância que apure as denúncias de discriminação de todos os tipos no interior das instâncias da central); V - Participação e organização sindical das mulheres na CUT (campanhas de sindicalização devem contemplar a diversidade de gênero; inclusão da questão da mulher em todas as atividades de formação; organizar creches nas atividades sindicais para que as mulheres possam participar das atividades; aprofundar o debate sobre as cotas nas direções da CUT para maior inserção das mulheres) (CUT, 1991).

É importante ressaltar ainda que, segundo Delgado (1996), quando a proposta de resolução da luta pela legalização do aborto foi levada pela Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora (CNMT) para aprovação na plenária final, as dirigentes tiveram que enfrentar a resistência do coordenador de mesa, que queria que esta questão fosse deixada para ser deliberada pela Executiva Nacional, ignorando por completo toda a discussão realizada no congresso sobre esse tema. A pauta foi aprovada pela maioria do plenário e isto acabou por

---

<sup>16</sup> Nos congressos de número 5 e 6 não há uma descrição do quadro do congresso em nenhuma categoria, nem o número total de participantes.

legitimar a entrada da CUT futuramente na Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos (OLIVEIRA, 1999).

A composição da executiva nacional da CUT naquele congresso teve a seguinte configuração:

Tabela 9 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 1991

<b>4º Congresso Nacional da CUT – 1991</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional <sup>17</sup>	25	23	92,00%	2	8,00%

Fonte: CUT (1991). Elaboração própria.

As duas mulheres que compuseram a diretoria executiva foram: Rosiver Pavan, da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo/ APEOESP, ocupando o cargo de Secretária de Políticas Sociais e Júnia Silva Gouvêa, da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social/ FENASPS, ocupando o cargo de Diretora Executiva. (CUT, 1991).

Júnia Silva Gouvêa, era natural de Ribeirão Preto – SP, previdenciária, associada ao Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo. Foi diretora executiva de 1991 à 2003, além de ter sido integrante efetiva da Comissão Nacional Da Mulher Trabalhadora de 2000 à 2003<sup>18</sup>.

### **3.5 - 5º Congresso Nacional da CUT - 1994**

---

<sup>17</sup> “A Executiva Nacional da CUT será composta por 25 membros efetivos e sete suplentes, eleitos no seu congresso nacional, para os seguintes cargos: “presidente, vice-presidente, secretário-geral, primeiro secretário, tesoureiro, primeiro tesoureiro, secretário de Relações Internacionais, secretário de Política Sindical, secretário de Formação, secretário de Imprensa e Divulgação, secretário de Políticas Sociais, secretário de Organização e diretores executivos.” (CUT, 1991)

<sup>18</sup> Todas as informações sobre as sindicalistas citadas neste capítulo foram retiradas do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, através da busca textual em seu acervo disponível no sítio: <http://cedoc.cut.org.br/dicionario-biografico/?periodo=cut> – acesso em 19/06/2018

No ano de 1994 o 5º CONCURTO aconteceu entre os dias 19 e 22 de maio no Centro Comunitário do Pessoal da Caixa Econômica Federal de São Paulo. O texto de balanço político deste ano traz elementos importantes como a crise no Brasil devido ao “modelo econômico que continuava concentrando renda, promovendo arrocho salarial e aumentando a fome, a miséria e o desemprego”. Além disso, há uma avaliação de que o impeachment de Collor e a posse do novo presidente Itamar Franco não havia abalado a institucionalidade brasileira e que isso havia fortalecido a luta democrática no país. Por fim, um outro ponto que chama a atenção é a crítica ao Plano Real de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e a oposição antecipada à articulação de sua candidatura à presidência. (CUT, 1994).

Sobre a questão da mulher, o 5º CONCURTO trouxe muitos elementos já recorrentes em outros congressos, sem muitas elaborações ou resoluções novas. Contudo, é importante ressaltar alguns elementos. Um deles foi a avaliação de que apesar do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho e também de sua sindicalização, havia ainda muita desigualdade enfrentada neste campo, e que a CUT teria avançado em reconhecer esse desnível, fomentando a organização interna das trabalhadoras.

Além disso, houve uma saudação positiva à 6ª Plenária Nacional da CUT, ocorrida em 1993, onde foi aprovada a cota mínima de 30% e máxima de 70% para cada gênero nas diretorias da entidade, porém apenas como recomendação e não como resolução do regimento<sup>19</sup>. Outro ponto relevante para ser citado é que naquele ano houve a deliberação de que nos congressos seguintes, os crachás deveriam vir identificados com flexão de gênero, sendo a inscrição: delegada/o (CUT, 1994).

Um ponto muito importante deste documento é um parágrafo inteiro dedicado à crítica de como a CUT conduz as questões elaboradas pela CNMT e também as resoluções congressuais que abordam a questão de gênero, apontando que os encaminhamentos não são entendidos como uma tarefa geral da entidade e recaem massivamente sobre as mulheres:

Entretanto, as resoluções tomadas pelos congressos se restringiram a uma atribuição das mulheres e não à CUT como um todo. Embora as resoluções sejam importantes e avançadas, limitaram-se a declarações de intenções. Assim, as iniciativas praticamente se reduziram à ação da CNMT e à sensibilidade política de alguns e de algumas sindicalistas, mas não do

---

<sup>19</sup> Somente em 2008 esta regra entra para o estatuto da entidade (BATISTA, 2016)

conjunto da estrutura e das instâncias políticas. Portanto, ainda se mantém a distância entre a intenção e o gesto (CUT, 1994, p.62).

Luci Paulino de Aguiar (foto nos anexos) foi eleita naquele ano Coordenadora da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, era natural de São Bernardo do Campo, e sua profissão era preparadora de tornos automáticos. Foi filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do ABC. Foi suplente da Diretoria Executiva de 1994 à 1997.

Neste 5º congresso, as mulheres atingiram 32% da composição da diretoria, referente a 8 cadeiras, de um total de 25 cargos na executiva e direção nacional. Alcançando a cota de orientação (não obrigatória) tirada pela 6ª Plenária da CUT que ocorreu no ano anterior e fora referendada neste Congresso. Estas sindicalistas eram: 1) Mônica Valente, Secretária de Formação; 2) Sandra Rodrigues Cabral, Secretária de Políticas Sociais; 3) Isabel Cristina Gonçalves, Diretora Executiva; 4) Maria Magda Caiafa, Diretora Executiva; 5) Alice Mazzuco Portugal, Diretora Executiva; 6) Júnia da Silva Gouvêa<sup>20</sup>, Diretora Executiva; 7) Maria da Consolação Rocha, Diretora Executiva; e 8) Rita de Cássia Santos Lima, Diretora Executiva. (CUT, 1994). Veja a tabela à seguir:

Tabela 10 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 1994

<b>5º Congresso Nacional da CUT – 1994</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional	25	17	68,00%	8	32,00%

Fonte: CUT (1994). Elaboração própria.

Mônica Valente<sup>21</sup>, psicóloga, filiada ao Sindicato dos Servidores Públicos em Saúde no Estado de São Paulo. Foi Secretária de Formação da CUT de 1994 à 1997, diretora executiva de 1997 à 2000 e vice-presidenta da entidade de 2000 à 2003.

<sup>20</sup> Descrita anteriormente.

<sup>21</sup> Todas as informações sobre as sindicalistas citadas neste capítulo foram retiradas do Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT, através da busca textual em seu acervo disponível no sítio: <http://cedoc.cut.org.br/dicionario-biografico/?periodo=cut> – acesso em 19/06/2018

Sandra Rodrigues Cabral, professora e filiada ao Sindicato dos trabalhadores em Educação do Estado de Goiás, foi a coordenadora da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora de 1983 à 1984. Foi secretária de Políticas Sociais da CUT de 1994 à 1997 e Secretária de Comunicação de 1997 à 2003. Em 1990 foi eleita presidenta da CUT Goiás e reeleita em 1991.

Isabel Cristina Gonçalves, auxiliar de enfermagem, filiada ao Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Saúde de Curitiba, Região Metropolitana e Litoral do Paraná, foi diretora executiva da CUT de 1994 à 1997.

Maria Magda Caiafa, bancária, natural do estado de Minas Gerais, filiada ao Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte e Região. Foi diretora executiva da entidade de 1994 à 1997.

Alice Mazzuco Portugal<sup>22</sup>, natural de Salvador, Bahia, farmacêutica, filiada ao Sindicatos dos Trabalhadores Técnicos da Universidade Federal da Bahia, foi diretora executiva da CUT de 1994 à 1997.

Maria da Consolação Rocha, era mineira, professora, filiada ao Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais, foi diretora Executiva da Entidade de 1994 à 1997.

Rita de Cássia Santos Lima, capixaba, bancária, filiada ao Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Estado do Espírito Santo. Foi diretora executiva da entidade de 1994 à 1997.

### **3.6 - 6º Congresso Nacional da CUT - 1997**

Em 1997 aconteceu em São Paulo, o 6º Congresso Nacional da CUT, entre os dias 13 e 17 de agosto. É possível observar no Caderno de Resoluções deste ano uma presença forte do discurso de oposição ao Governo FHC, a crítica ao crescimento da pobreza e o desemprego e também à desestruturação produtiva que acabou gerando dificuldades ao

---

<sup>22</sup> Alice Portugal é deputada federal pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) desde 2003 até a atualidade, com 4 mandatos consecutivos.



movimento sindical à época. Além disso, é possível destacar também uma forte presença do discurso contrário às privatizações e também uma denúncia à criminalização dos movimentos sociais a partir do governo (CUT, 1997).

Sobre a questão das mulheres, consta uma passagem muito importante dentre as resoluções: uma nota de repúdio em relação à aprovação da Medida Provisória de número 1.539-34, pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, autorizando a abertura do Comércio aos domingos. No texto, é possível perceber uma grande crítica à exploração do trabalho feminino, uma vez que na época as mulheres representavam quase 60% da categoria:

A maioria da categoria é constituída de mulheres (60%), que sofrem com a dupla jornada, a de casa e a do local de serviço, e são as maiores vítimas da falta de carteira assinada e da falta de uma política de assistência à família mediante a concessão de creches (CUT, 1997, p.38).

O 6º CONCUR foi o primeiro a trazer o termo “divisão sexual do trabalho” na discussão de gênero. Apontando que o mercado se sustentava a partir dessa divisão e que a CUT deveria participar mais ativamente da luta para enfrentá-la. Além disso, apresentou outros elementos recorrentes como por exemplo a desigualdade salarial, duplas e triplas jornadas, precarização do trabalho feminino e direito das gestantes trabalhadoras. (CUT, 1997).

Neste ano, houve novamente uma reflexão sobre o sentido e a capacidade interventiva da Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora- CNMT<sup>23</sup>, apontando que apesar da CUT ter se tornado, a partir desta instância, uma das maiores referências de organização de mulheres da América Latina, ainda existia muita dificuldade de que as resoluções congressuais sobre este tema fossem colocadas em prática pela Central como um todo e não apenas pelas mulheres e a CNMT. Neste sentido, há um destaque para a criação da campanha “*Cidadania: Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical*” durante a 7ª Plenária Nacional da CUT, ocorrida em 1995, “*tendo como eixo prioritário a qualificação profissional feminina e a questão do salário igual por trabalho de igual valor*”. (CUT, 1997, p. 77).

---

<sup>23</sup> Antes denominada Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora- CQMT

No 6º CONCURTO, das 26 cadeiras da executiva nacional (uma a mais que o ano anterior, sem justificativa relatada no caderno de resoluções), 18 foram ocupadas por homens, somando um total de 69,2%, enquanto as mulheres mantiveram o mesmo número do ano anterior: 8 cadeiras, alcançando 30,8%. Veja a tabela a seguir:

Tabela 11 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 1997

<b>6º Congresso Nacional da CUT – 1997</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional	26	18	69,20%	8	30,80%

Fonte: CUT (1997). Elaboração própria.

Esta mulheres eram:

Sandra Rodrigues Cabral<sup>24</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Goiás, como Secretária de Comunicação;

Gilda Almeida De Souza, natural de Recife – Pernambuco, do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo. Foi diretora executiva da entidade de 1997 à 2000, Secretária de Política Sindical de 2000 à 2003 e Secretária de Políticas Sociais de 2003 à 2006. Além disso, foi integrante efetiva da Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora de 1997 à 2003;

Júnia Da Silva Gouvêa<sup>25</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo, como diretora executiva;

Lujan Maria Bacelar De Miranda, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí, como diretora executiva, natural de Jerumenha – Piauí, professora, filiada ao Sindicato dos Professores e Auxiliares Administrativos do Piauí, foi diretora

<sup>24</sup> Descrita anteriormente

<sup>25</sup> Descrita anteriormente

executiva da entidade de 1997 à 2006 e membro da Comissão Nacional Contra a Discriminação Racial de 1997 à 2003;

Luzia De Oliveira Fati, trabalhadora rural, paranaense, migrou muito cedo com a família para Santarém, no interior do Estado do Pará, era filiada ao do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém. Ficou como membro da Diretoria Executiva de 1997 à 2005, integrou a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora de 1997 à 2003 e foi Coordenadora da Comissão Nacional da Amazônia de 2003 à 2005;

Mônica Valente<sup>26</sup>, do Sindicato dos Servidores Públicos em Saúde no Estado de São Paulo, como diretora executiva;

Silvana Beatriz Klein, natural de Sarandi – Rio Grande do Sul, servidora pública, filiada ao Sindicato dos Servidores Públicos da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul. Esteve como diretora executiva da CUT de 1997 à 2000 e foi membro da Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora de 1997 à 2000; e

Rita De Cássia Evaristo, mineira, natural de Belo Horizonte – Minas Gerais, metalúrgica, foi filiada ao Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. Foi diretora executiva da CUT de 1997 à 2003 e participou da Comissão Nacional Sobre a Questão da Mulher Trabalhadora no mesmo período.

### **3.7 - 7º Congresso Nacional da CUT -2000**

O 7º Congresso Nacional da CUT aconteceu entre os dias 15 e 19 do ano de 2000, no Centro de Convenções da cidade de Serra Negra - São Paulo. No texto de análise política da conjuntura há mais uma vez a forte presença da crítica ao modelo neoliberal do Governo Fernando Henrique Cardoso, o desmonte do Estado promovido por ele, o desemprego e as privatizações. A partir disso, a CUT decidiu *“Articular um amplo movimento de massas e da sociedade para fortalecer a oposição à FHC visando o fim de seu governo; e Apoiar a instalação de uma CPI no Congresso Nacional para investigar o envolvimento do presidente da República nos atos de corrupção denunciados.”* (CUT, 2000).

---

<sup>26</sup> Descrita anteriormente.

Naquele congresso participaram 1.388 entidades. E, de 2.309 delegados, 697 eram mulheres e 1.612 eram homens. A participação feminina alcançou neste ano aproximadamente 30,2% do quadro geral do congresso.

A questão das mulheres apareceu com algumas abordagens novas naquele congresso. Primeiro, há um fato mencionado importante para o contexto: no final dos anos de 1990, as mulheres passaram a ser mais de 50% da População Economicamente Ativa nas regiões metropolitanas de Salvador, São Paulo e do Distrito Federal. E isso fortalece o entendimento do crescimento permanente da presença feminina do mercado de trabalho. Também é mencionado que o desemprego atingia muito mais aos homens do que às mulheres, uma vez que elas ocupavam empregos mais precários e com menor remuneração (CUT, 2000).

Particular atenção deve ser dada à organização das mulheres trabalhadoras, que são em geral a maioria entre os trabalhadores com contratos precários; em suma, a CUT e seus sindicatos devem procurar organizar desde os setores mais tradicionais aos mais marginalizados entre os trabalhadores (CUT, 2000, p.36).

Desde a fundação da CUT, este foi o ano em que a proporção da participação das mulheres foi maior. Elas ocuparam 10 das 25 cadeiras da executiva nacional, somando 40% do total, sendo uma delas, a vice-presidência, pela primeira vez. Veja a tabela à seguir:

Tabela 12 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 2000

<b>7º Congresso Nacional da CUT – 2000</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional	25	15	60,00%	10	40,00%

Fonte: CUT (2000). Elaboração própria.

Estas sindicalistas eram: Mônica Valente, do Sindsaúde/ SP, como Vice-presidente; Gilda Almeida, do Sindicato dos Farmacêuticos de SP, como Secretária de Política Sindical; Sandra Rodrigues Cabral, do Sindicato dos Trabalhadores da Educação de Goiás, como Secretária de Comunicação; Luzia de Oliveira Fati, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, como diretora executiva; Rita de Cássia Evaristo, do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, como diretora executiva; Lujan Maria Bacelar

de Miranda, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Piauí, como diretora executiva; e Júnia da Silva Gouvêa, do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Estado de São Paulo, como diretora executiva<sup>27</sup>;

Elisângela dos Santos Araújo, agricultora, natural de Valente, interior do Pará, e mudou-se para a Bahia onde construiu sua trajetória sindicalista. Filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, ocupa o cargo de diretora executiva da CUT desde 2000 até a atualidade;

Lúcia Regina dos Santos Reis, servidora pública, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi diretora executiva da CUT de 2000 à 2003 e de 2006 à 2009, suplente da direção executiva de 2003 à 2005, 1ª secretária de 2005 à 2006, e membro da direção nacional de 2009 à 2012; e

Em 1997 Maria Ednalva Bezerra de Lima (foto nos anexos) assumiu a coordenação da Comissão Nacional sobre Mulher Trabalhadora e ficou como coordenadora desde este ano, até 2003. Natural de Campina Grande, Paraíba, era professora de formação, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba. Também ocupou o cargo de suplente da Direção Nacional da CUT de 1997 à 2000 e diretora executiva de 2000 à 2003.

### **3.8 - 8º Congresso Nacional da CUT - 2003**

No ano de 2003, aconteceu em São Paulo-SP, no Palácio de Convenções do Anhembi, o 8º Congresso Nacional da CUT. O ano de 2003 era o primeiro de governo do Presidente Lula e o texto de análise política da CUT apresenta este como um eixo muito importante. Aponta a luta permanente da entidade durante toda a década de 1990 para alterar a correlação de forças da sociedade e reafirma o acerto em apoiar a candidatura de Lula em 2002 considerando que ele era o candidato que melhor representava os anseios da classe trabalhadora. No 8º CONCUR, dos 2.712 delegados credenciados, 1.841 eram homens e 871 eram mulheres. Isso significa que elas foram 32,12% da composição do congresso e eles 67,88% (CUT, 2003).

---

<sup>27</sup> Descritas anteriormente

Mesmo reafirmando bandeiras históricas da CUT em relação às mulheres, há alguns elementos novos sobre este tema, que valem ser citados. Um deles é a definição de que a luta por políticas públicas e sociais deveria sempre considerar as desigualdades que atingem as mulheres, como as duplas jornadas e a divisão sexual do trabalho. Há também uma dura crítica à reforma da previdência e a reivindicação de que o governo federal abrisse um processo de negociação com a CUT sobre o tema, além disso aponta que é necessário que as mulheres se aposentem antes devido a todo o trabalho invisível promovido por elas e suas jornadas duplas de trabalho (CUT, 2003).

Naquele ano, foram criadas as Secretarias Nacional e Estaduais sobre a Mulher Trabalhadora, transformando a antiga Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora em uma instância com mais peso político dentro da entidade. Esta Secretaria teria o seguinte funcionamento:

A criação da Secretaria Nacional e das secretarias estaduais sobre a Mulher Trabalhadora, que deverão estruturar-se nos mesmos moldes das demais secretarias que compõem as direções executivas nacional e estaduais da CUT. A Secretaria deverá ser eleita nos congressos nacionais e estaduais da CUT, e deverá constituir um coletivo, à luz do atual funcionamento da CNMT/CUT, com representantes das estruturas horizontais, verticais e entidades filiadas, em suas respectivas bases/âmbitos de atuação. Compete a essa Secretaria: - Elaborar, coordenar e desenvolver políticas no interior da CUT para a promoção das mulheres trabalhadoras na perspectiva das relações sociais de gênero, raça e classe, subsidiando as instâncias horizontais e verticais e as entidades filiadas nos seus respectivos âmbitos. - Organizar as mulheres trabalhadoras para intervir no mundo do trabalho e sindical sobre as questões que interferem na vida destas mulheres enquanto trabalhadoras (CUT, 2003, p.55).

Maria Ednalva, que era até então, coordenadora da CNMT, foi eleita no referido congresso à primeira Secretária Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT, permanecendo no cargo até 2009.

Naquele congresso, das 31 cadeiras da executiva e direção nacional, 11 foram ocupadas por mulheres, representando 35,5% do total. Destas, uma era a primeira Secretária da Mulher Trabalhadora da entidade. Veja a tabela à seguir:

Tabela 13 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 2003

<b>8º Congresso Nacional da CUT – 2003</b>
--

<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional	31	20	64,50%	11	35,50%

Fonte: CUT (2003). Elaboração própria.

As sindicalistas eleitas neste ano foram:

Elisângela Dos Santos Araújo, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, como diretora executiva; Lúcia Regina Dos Santos Reis, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como diretora executiva; Lujan Maria Bacelar De Miranda, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí, como diretora executiva; Luzia De Oliveira Fati, do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, como diretora executiva; Gilda Almeida De Souza, do Sindicato dos Farmacêuticos de São Paulo, como Secretária de Políticas Sociais; Maria Ednalva Bezerra De Lima, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba, como Secretária da Mulher Trabalhadora<sup>28</sup>;

Denise Motta Dau, assistente social, filiada ao Sindicato dos Servidores Públicos em Saúde no Estado de São Paulo. Foi 1ª secretária da CUT de 2003 à 2005, Secretária de Organização de 2006 à 2009 e Secretária de Relações de Trabalho de 2009 à 2012;

Rosane Da Silva (foto nos anexos), natural de Formigueiro, Rio Grande do Sul, filiada ao Sindicato dos Sapateiros de Ivoti. Foi suplente da direção nacional da CUT de 2000 à 2003, Secretária de Política Sindical de 2003 à 2009 e Secretária da Mulher Trabalhadora de 2009 à 2015;

Bernadete De Lourdes Rodrigues Menezes, filiada ao Sindicato dos Técnicos-Administrativos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi diretora executiva de 2003 à 2006;

Carmem Helena Ferreira Foro, agricultora, nascida em Moju, Pará, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Mirim. Foi diretora executiva de 2003 a 2006,

---

<sup>28</sup> Descritas anteriormente

Vice-Presidenta de 2006 à 2009, Secretária de Meio-Ambiente de 2009 à 2012) e Vice-Presidenta de 2012 à 2015 e de 2015 até a atualidade; e

Vera Justina Guasso, técnica em informática, natural de Santiago, Rio Grande do Sul, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul. Foi suplente do Conselho Fiscal de 1994 à 1997 e diretora executiva de 2003 à 2006. (CUT, 2003).

### **3.9 - 9º Congresso Nacional da CUT - 2006**

O 9º Congresso Nacional da CUT, aconteceu no Palácio das Convenções do Anhembi, entre os dias 05 e 09 de junho de 2006. Naquele Congresso, a CUT aprovou cinco eixos a serem perseguidos durante sua próxima gestão: *1) Eleições 2006 – o papel da CUT frente aos projetos em disputa; 2) Emprego, Salário, Desenvolvimento e Inclusão Social; 3) Democratização do Estado, Políticas Públicas e Universalização de Direitos Eixo; 4) Fortalecimento da Estrutura e Organização da CUT; 5) Relação com os Movimentos Sociais* (CUT, 2006). Sobre a composição deste congresso é importante reproduzir o seguinte trecho:

(...)Com a participação de 2.491 delegados e delegadas de todo o Brasil, o 9º CONCUR foi um dos mais representativos da história de nossa Central. Entre aqueles que representaram suas bases no Congresso, 32,3% eram mulheres e 67,7%, homens, resultado praticamente igual ao do 8º CONCUR. O ramo da Educação foi o mais expressivo, com 25,5% dos delegados e delegadas. Os rurais tiveram a segunda maior delegação, que representou 18,8% do total, seguida pelos representantes da administração pública, que somaram 10,2% (CUT, 2006, p. 84).

A questão das mulheres apareceu neste congresso em alguns elementos pontuais ao longo do caderno de resoluções, e de maneira mais consolidada na seção intitulada “*Desafios e perspectivas para a política de gênero da CUT*”. No texto nela contido é nítida a reafirmação da necessidade de que as resoluções e elaborações sobre a questão das mulheres fosse encampada pela entidade como um todo, além disso, definiu alguns eixos de atuação para o período a seguir:

a) o combate a todas as formas de discriminação; b) a intervenção nas políticas públicas; c) a organização das mulheres na CUT; d) o fortalecimento da interface com as demais políticas e projetos da CUT; e) a articulação com o movimento sindical internacional e com movimentos e organizações não governamentais na defesa dos direitos das mulheres (CUT, 2006, p.59).



Naquele congresso, houve uma pequena regressão em relação à participação das mulheres na diretoria. Das 32 vagas, apenas 9 foram ocupadas por mulheres, resultando em uma proporção de 28,1% na composição, o que significa que não foi alcançada a orientação de cota de 30%. As vagas ocupadas pelos homens somaram 71,9% da executiva e direção nacional. Veja a tabela a seguir:

Tabela 14 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 2006

<b>9º Congresso Nacional da CUT – 2006</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da executiva nacional	32	23	71,90%	9	28,10%

Fonte: CUT (2006). Elaboração própria.

As mulheres que ocuparam essas vagas foram: Carmen Helena Ferreira Foro<sup>29</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri, como Vice-Presidente; Rosane da Silva<sup>30</sup>, do Sindicato dos Sapateiros de Ivoti, como Secretária de Política Sindical; Denise Motta Dau<sup>31</sup>, do SindSaúde do Estado de SP, Secretária de Organização; Maria Ednalva Bezerra de Lima<sup>32</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores de Educação do Estado da PB, Secretária Sobre a Mulher Trabalhadora; Elisangela dos Santos Araújo<sup>33</sup>, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Domingos, como Diretora Executiva; Lucia Regina dos Santos Reis<sup>34</sup>, do SINTUFRJ, como Diretora Executiva;

Rosane Bertotti, agricultora, natural de Lageado Grande, Santa Catarina, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Xanxerê. Foi Secretária de Comunicação de 2006 à 2015 e Secretária de Formação de 2015 até a atualidade;

<sup>29</sup> Descrita anteriormente.

<sup>30</sup> Descrita anteriormente.

<sup>31</sup> Descrita anteriormente.

<sup>32</sup> Descrita anteriormente.

<sup>33</sup> Descrita anteriormente.

<sup>34</sup> Descrita anteriormente.

Celina Alves Padilha Areas, professora, filiada ao Sindicato dos Professores de Minas Gerais. Foi Diretora Executiva de 2006 à 2009; e

Valéria Conceição da Silva, professora, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de PE, e foi Diretora Executiva da CUT de 2006 à 2009.

### **3.10 - 10º Congresso Nacional da CUT - 2009**

O 10º CONCUR aconteceu de 3 a 7 de agosto de 2009 em São Paulo. A pontuação principal foi a importância do acontecimento do congresso em meio à crise internacional do neoliberalismo iniciada em 2008. Esse CONCUR definiu dois eixos principais de atuação: “1) *Enfrentamento da crise, organizando a transição para um modelo de desenvolvimento com a defesa imediata dos empregos, da renda e dos direitos e a consolidação de um Estado democrático*; 2) *Atualização e fortalecimento do projeto sindical cutista, com ampliação da base de representação da CUT para disputa de hegemonia*”. No 10º CONCUR dos 2.299 delegados, 1.426 sendo 62,03% do total. E apenas 873 eram mulheres, sendo 37,97% do quadro geral (CUT, 2009).

Naquele Congresso, não houve quase nada em termos de novidade sobre o debate de gênero. Contudo, é importante ressaltar que mais uma vez esteve presente no documento congressual a preocupação de que as políticas de gênero fossem transversais na entidade e estivessem presentes em todas as Secretarias da CUT. Além disso, as três deliberações centrais sobre o tema das mulheres, aprovadas naquele congresso foram:

A CUT: 1. Incentivará a participação de mulheres sindicalizadas nas ações do Poder Público que visem à criação de políticas públicas para as mulheres; bem como nas campanhas nacionais pela legalização do aborto e contra a criminalização dos movimentos sociais, em especial, os movimentos de mulheres. 2. Irá elaborar e propor uma Proposta de Emenda Constitucional – PEC que altere o Art.7º da Constituição Federal, e que garanta a equiparação de direitos às trabalhadoras domésticas, tendo a compreensão de que esta luta não é só das trabalhadoras domésticas e do Ramo, e sim do conjunto da classe trabalhadora e das entidades cutistas. 3. Ampliará a participação das mulheres na Central, promovendo ações e campanhas entre os trabalhadores e trabalhadoras com vistas à paridade entre homens e mulheres. (CUT, 2009, p.50).

No 10º CONCUR, as mulheres ocuparam 29,6% das cadeiras da executiva (sendo em números absolutos, 8 de 27 vagas). Mais uma vez sequer alcançaram a marca mínima de 30%. Veja a tabela a seguir:

Tabela 14 – Proporção de cargos de direção da CUT segundo sexo - 2009

<b>10º Congresso Nacional da CUT – 2009</b>					
<b>Espaço de direção</b>	<b>Total de diretorias</b>	<b>Diretorias ocupadas por homens</b>	<b>Porcentagem de homens</b>	<b>Diretorias Ocupadas por mulheres</b>	<b>Porcentagem de mulheres</b>
Total da direção nacional	27	19	70,40%	8	29,60%

Fonte: CUT (2009). Elaboração própria.

Estas sindicalistas eram: Rosane Bertotti do Sindicato dos Trabalhadores de Agricultura Familiar de Xanxerê – SC, como Secretária de Comunicação; Denise Motta Dau do Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde no Estado de São Paulo, como Secretária de Relações do Trabalho; Rosane da Silva do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados de Ivoti – RS, como Secretária da Mulher Trabalhadora; Rosana Sousa do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas/Farmacêuticas/Plásticas e Similares de São Paulo, como Secretária da Juventude; Carmen Helena Ferreira Foro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Igarapé-Miri – PA, como Secretária de Meio Ambiente; Elisangela dos Santos Araújo do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de São Domingos, como Diretora Executiva<sup>35</sup>;

Maria Júlia Reis Nogueira, servidora pública, natural de São Luis, Maranhão, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Públicos Federais da Saúde e Previdência no Estado do Maranhão. Foi membro efetivo do Conselho Fiscal de 2006 à 2009, Secretária Nacional de Combate ao Racismo de 2009 até a atualidade; e

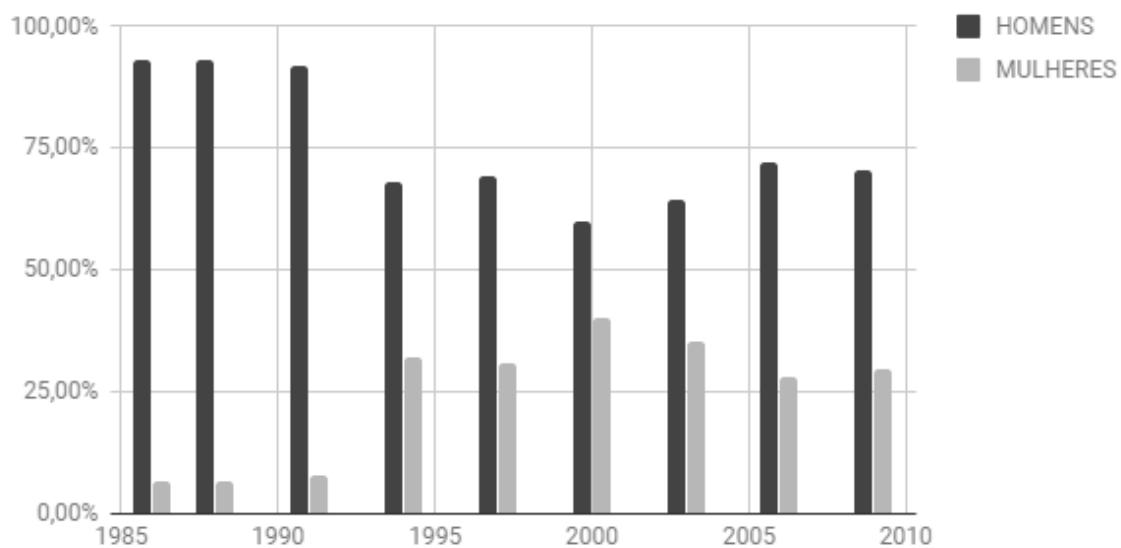
Junéia Martins Batista, servidora pública, natural de São Luis, Maranhão, filiada ao Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias – SP. Foi Diretora

<sup>35</sup> Todas descritas anteriormente.

Executiva de 2009 à 2012, Secretária de Saúde do Trabalhador/a de 2012 à 2015 e Secretária da Mulher Trabalhadora de 2015 à 2019.

Desta forma, temos o seguinte gráfico que ilustra a participação das mulheres nas diretorias da CUT ao longo dos anos:

Gráfico 6 – Progressão da participação nas diretorias da CUT, por sexo – 1985 - 2009



Fonte: CUT. Vários anos. Elaboração própria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A divisão sexual do trabalho é determinante na vida das mulheres. É através dessa divisão que existe a separação entre os espaços públicos e privados, que por sua vez consolidam a dinâmica de participação das mulheres na vida social. Ora, ao longo da história, as mulheres foram ancestralmente separadas dos mundos, de um lado o masculino e do outro o feminino. Isso as condicionou para viverem diferentes inserções na família e na sociedade. As mulheres são socializadas para o espaço cotidiano, enquanto que eles para os espaços de poder. Portanto, tiveram pouco acesso e pouca prática na vida pública, quer seja “senhoras do mando” ou “operárias”. Assim, os espaços de decisão e poder foram e são estranhos ao sexo feminino. Não se pode esquecer que quando rasgam os panos e ocupam estes espaços, permanecem tendo que conciliar as responsabilidades do trabalho com a reprodução da vida.

A luta das mulheres operárias no Brasil do final do século XIX e início do século XX, apesar de não ser contada nos livros, existiu e muitas vezes elas estiveram como protagonistas de processos políticos, como as célebres greves de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro. A inserção das mulheres na vida sindical reforça, entretanto, os setores profissionais de maior presença das mulheres, como ocupações ligadas aos serviços sociais. Com o processo de maior inserção das mulheres no mercado de trabalho, a rearticulação dos movimentos feministas e de mulheres e o novo sindicalismo, acontece a grande fusão entre o movimento sindical e o feminismo. Esta união permitiu com que as mulheres brasileiras passassem a se colocar de maneira organizada nesses espaços, questionando as desigualdades vividas no mundo do trabalho, pautando as necessidades das vidas das mulheres e exigindo mais participação nos sindicatos. A CUT, como uma das grandes centrais emergentes deste novo momento do sindicalismo no Brasil, demonstrou ao longo dos anos certa preocupação com a questão das mulheres trabalhadoras, ao menos em suas resoluções congressuais, provavelmente provocadas pela aguerrida posição de feministas trabalhadoras no seio da classe operária dos anos 1975 a 1980.

Ao longo dos Congressos, é possível perceber através dos documentos, alguns elementos que sinalizam para as dificuldades das mulheres exercerem sua vida política por completo nos sindicatos. Há uma referência em todos os anos analisados à pauta da Creche como política pública de Estado, as mulheres reivindicam o programa **“Creche para todos”**

em diversos congressos e pontuam que esta precisa ser uma luta da entidade como um todo, baseando a argumentação no debate sobre a divisão sexual do trabalho e até mesmo do trabalho invisível das mulheres exercido dentro de casa, sustentando que as mulheres permanecem sobrecarregadas no mercado ao serem responsáveis pela dupla função. Além disso, em mais de um congresso analisado existe a demanda para que os espaços de encontros e congressos da CUT disponibilizem creche para as crianças, sustentando que a participação das mulheres na vida sindical fica prejudicada pela divisão sexual do trabalho e por elas serem as principais responsáveis pelo cuidado dos filhos. Há, inclusive, a construção de uma linha argumentativa que se repete em alguns anos que fala de uma “política adequada no movimento sindical que estimule e facilite a participação das mulheres” que, com algumas especificidades, surge e ressurgiu ao longo dos anos, e condiciona a participação das mulheres na luta geral da classe trabalhadora à garantia desta política. Fica evidente, com a repetição de apresentações neste sentido, a dificuldade das mulheres em se desonerarem das obrigações da vida e do espaço privado para conseguir viver em plenitude a sua vida pública, seja no sindicato, seja no mercado de trabalho.

É possível também assinalar a pressão feita pelas mulheres da CUT, para a real efetivação das políticas de cuidados na sociedade e no aparelho sindical: seja como formulações de políticas públicas acerca do tema da mulher trabalhadora e sindicalista, seja como políticas internas das entidades sindicais. A grande questão era e é evitar que estas políticas fiquem apenas setorializadas e registradas no caderno de resoluções a cada ano, para que não virem guetos femininos de discussão. Este é inclusive um forte debate quando da criação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora na entidade. E isto acaba sendo reforçado pela própria estruturação dos documentos congressuais em que a parte de discussão sobre mulheres e gênero chega sempre apresentada de maneira setorializada e não interseccional.

É possível perceber que a CUT em seu primeiro congresso tinha em sua direção nacional um total de 6,7% de mulheres, enquanto em 2009, teve 29,6%, alcançando em apenas 4 gestões a marca mínima de 30% estabelecida como orientação política desde 1993. Apesar das tentativas de produção de políticas para aumentar a inserção das mulheres, como a aprovação de cota estatutária de 30% em 2008, percebe-se que os homens ainda são super-

representados na executiva e direção nacional. O poder mesmo no sindicato é masculino e não importa se a categoria é feminina.

É necessário observar ainda que a disputa nos congressos para que as políticas de gênero fossem transversais na entidade, apontava para uma dificuldade de consolidar as mulheres sindicalistas como protagonistas da central sindical, resultando num fato não menos importante de em toda a história da CUT não ter havido nenhuma mulher presidenta da entidade. Não é uma questão menor perceber também, que na fundação da Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora, no segundo congresso da CUT, a principal preocupação das sindicalistas era não transformar este espaço em um gueto de debate de gênero. Apesar disso, ao longo de todos os congressos, esta se tornou a principal crítica das mulheres da CUT em relação à organização geral da central.

A partir dessas análises, é necessário aprofundar o conhecimento acerca das políticas para as mulheres defendidas ao longo dos anos nos congressos da CUT, como a questão da maternidade vivida pelas mulheres trabalhadoras; a socialização do cuidado pelo Estado; a precarização do trabalho das trabalhadoras domésticas e a questão das mulheres rurais, que aparecem com muita centralidade e frequência nas resoluções congressuais. É necessário cruzar as informações do que foi debatido nos congressos da CUT e o que se tornou política pública e direito para as mulheres trabalhadoras. E a partir daí analisar a participação da CUT nas campanhas por estas garantias. No entanto, esta é uma questão para pesquisas futuras sobre as relações de gênero no Brasil.

Se torna evidente, no entanto, os limites das políticas de promoção de maior participação das mulheres, seja por falta de uma instância que regule e fiscalize o cumprimento dessas medidas, seja pela extrema limitação gerencial dos cargos ocupados por essas mulheres. Além disso, apesar de grandes avanços na elaboração de políticas específicas de gênero, os setoriais de discussão de gênero acabam aparentemente por desonerar o restante da central sindical de uma incorporação mais ampla das políticas de e para as mulheres.





## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara M. As Mulheres e o Poder Político-desafio para a democracia nas próximas décadas. O Progresso das Mulheres no Brasil , 2003-2010. Rio de Janeiro: CEPIA-ONU Mulheres, 2011.

ARAÚJO, Clara. Valores e desigualdade de gênero: Mediações entre participação política e representação democrática. Civitas, Porto Alegre, v. 16, n. 2, e36-e61, abr.-jun. 2016

ARAÚJO, Clara; GARCÍA QUESADA, Isabel. Latin America: the experience and the impact of quotas in Latin America. In: Drude Dahlerup (ed.). Women, quotas, and politics. New York: Routledge, 2006.

BESSE, Susan. Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940. EDUSP. São Paulo. 1999

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete P. de; PINHEIRO, Luana S.; Mulheres em Dados: o que informa a PNAD/IBGE, 2008. In: Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero, Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres. 2010.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete P. de. A divisão sexual do trabalho: trabalho doméstico remunerado e a sociabilidade das relações familiares. Editora: Gênero. 13(2), 31-48. Niterói, Rio de Janeiro. 2013

BATALHA, Cláudio. O movimento operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Zahar, 2010

BEAUVOIR, Simone de. O segundo Sexo. Tradução: Sérgio Milliet. 2.ed. – Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 2009.

BIONDI, Luigi. Classe e nação: trabalhadores socialistas italianos em São Paulo, 1890 – 1920. Campinas: Ed. Unicamp, 2011.

BIROLI, Flávia - “O público e o privado”, in MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. Feminismo e política. São Paulo: Boitempo, 31-46. 2014

BRASIL. Notas metodológicas. IBGE. Disponível em: Acesso em 26/06/2017 OKIN, Susan. Gênero: O Público e O Privado. Revista estudos de gênero, Florianópolis: 16(2), maio-ago. 2008

CAMPOS, André Gambier. Sindicatos no brasil: o que esperar no futuro próximo? Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea. 2016

CAPPELLIN, Paola. Viver o Sindicalismo no Feminino. Revista de Estudos Feministas. Ano 2. 1994.

CARDOSO, Adalberto Moreira. A Década Neoliberal e a Crise dos Sindicatos no Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2003

CPDOC, Acervo Digital. Dicionários. Verbetes Temáticos: Central Única dos Trabalhadores. Fundação Getúlio Vargas Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/central-unica-dos-trabalhadores-cut>> acesso em: 02/02/2018

COSTA, Ana Alice Alcântara. As mulheres no sindicato. Revista Feminismos. UFBA. Vol.2, nº2 - Maio-Ago. 2014

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 1º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 1984.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 2º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 1986.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 3º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 1988.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 4º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 1991.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 5º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 1994.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 6º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 1997.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 7º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 2000.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 8º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 2003.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 9º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 2006.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 10º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 2009.

CUT, CADERNO DE RESOLUÇÕES DO 11º CONCURTO. Disponível em: <<http://cedoc.cut.org.br/resolucoes-de-congressos>> . 2012

DELGADO, Maria Berenice. Mais Mulheres na direção da CUT. Estudos Feministas. ano 4. 138. 1996

DELGADO, Maria Berenice Godinho; CABRAL, Sandra Rodrigues; PAULINO; LIMA, Maria Ednalva Bezerra de. 2º anos de política de gênero da CUT. In: Mulheres na CUT: Uma história de muitas faces. LIMA, Maria Ednalva Bezerra de; DAU, Denise Mota; SILVA, Rosane da; ALMEIDA, Gilda; KRIGNER, Ana Maria (orgs). Editora: CUT, São Paulo, Brasil, 2006.

ELEY, Geoff. Forjando a democracia – a história da esquerda na Europa, 1850-2000. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

FARIA, Nalu ; NOBRE, Miriam . Gênero e desigualdade. São Paulo: SOF,1997

FERREIRA, Verônica C.. SINDICATOS: ESPAÇOS PARA A ATUAÇÃO DAS MULHERES? Participação Feminina em Sindicatos Filiados à Central Única dos Trabalhadores num Cenário de Reestruturação Produtiva (1986 -1999).. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009, Caxambu-MG. Anais do 33º Encontro Anual da ANPOCS, 2009.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. Revista Brasileira de História. V.37, nº76, 2017.

FRANCESCHET, Susan; Krook, Mona; Piscopo, Jennifer (orgs.). The impact of gender quotas. Oxford: Oxford University Press, 2012.

FREITAS, Taís Viudes. Experiências de socialização do trabalho doméstico na América Latina. In: SILVEIRA, Maria Lucia e TITO, Neuza. Trabalho doméstico e de cuidado: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: SOF, 2008, p.27- 53.

GOMES, Ângela de Castro. Burguesia e Trabalho: Política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979

GOMES, Ângela de Castro. Cidadania e direitos do Trabalho, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cernos de Pesquisa. v.37, n. 132, p. 595-609, set/dez. 2007

HIRATA, Helena... [et all.] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo. Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). Dicionário Crítico do Feminismo. São Paulo: Editora UNESP.2009

LAMOUREUX, Diane. Público/privado (Verbete). In: HIRATA, Helena et al. (orgs.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora Unesp, 2009. pp. 256-262.

MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A regulação do trabalho feminino em um sistema político masculino, Brasil: 1932-1943. Revista Estudos Históricos.vol. 29, nº 59. Rio de Janeiro. 2016

MATTOS, Marcelo Badaró. Trabalhadores e sindicatos no Brasil.1ª Edição. São Paulo: Expressão Popular. 2009.

MELO, Hildete. CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: Quem faz? . R. Econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 135-158, jan./abr. 2009

MELO, Hildete. THOMÉ, Débora. Mulheres e poder: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018

MELO, Hildete Pereira de, RODRIGUES, Cintia. La Traectoria de las mujeres comunistas brasileñas: una historia sin contar. Em Valobra, A.y Yusta, M. (eds). *Quiridas Camaradas – Historiaiberoamericana de mujeres comunistas*, Buenos Aires, Mino y Dávila, Editores, 2017.

OKIN, Susan Moller. *Gênero, o público e o privado. Estudos Feministas*. Florianópolis. Brasil. 2008.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci. *A mulher, a sexualidade e o trabalho - São Paulo: CUT*, 1999.

PAOLI, Maria C. *Labour, Law and the State in Brazil. Phd Dissertation - Birkbeck College, University of London*. London, 1988.

PATEMAN, Carole, *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press and Stanford University Press. 1988

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e Trabalhadoras – Presença Feminina na Constiuição do sistema fabril*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

PICHLER, Walter Arno. *Trabalho e emprego: Tendências da sindicalização no Brasil: 1992-2009*. 2011

PIATTI-CROCKER, Adriana. (org.). *Diffusion of gender quotas in Latin America and beyond: advances and setbacks in the last two decades*. New York: Peter Lang, 2011.

POCHMANN, MARCIO. *Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. Estudos Avançados (Online)*, v. 29, p. 7-19, 2015.

REINA, Vanderlay Santana. *Mulheres no movimento sindical: o avesso da história*. In *Anais do 18º REDOR*. UFRPE. 2014

RODRIGUES, Leôncio Martins. *CUT: os militantes e a ideologia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015

SANTANA, Marco Aurélio. O “novo” e o “velho” sindicalismo: análise de um debate. *Revista de Sociologia e Política, Dossiê Sindicalismo e Corporativismo*. Curitiba, 1998.

SCHERER-WARREN, ilse, "O caráter dos novos movimentos sociais", in Scherer-Warren, ilse e Kruschke, Paulo J. (org.), "Uma Revolução no cotidiano", Editora Brastliense, São Paulo, 1987.

SILVA, Sayonara Grillo C. L. *Relações coletivas de trabalho. Configurações institucionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: LTr. 2008.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. A classe operária tem dois sexos : trabalho, dominação e resistência – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2011

SOUZA-LOBO, Elisabeth. O GÊNERO DA REPRESENTAÇÃO: Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990)- Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº17. Ano 6. p. 7-14. Brasil. Outubro, 1991

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova, n. 67, p. 191-228, 2006 .



## ANEXOS

### Anexo A - Cartaz de divulgação do 1º Encontro Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora - 1988

1, 2 e 3 de julho/88 São Paulo

# 1º encontro nacional

**a questão da  
mulher trabalhadora**

- A mulher no mercado de trabalho e sua participação no movimento sindical
- Como fortalecer a política da CUT para a mulher trabalhadora

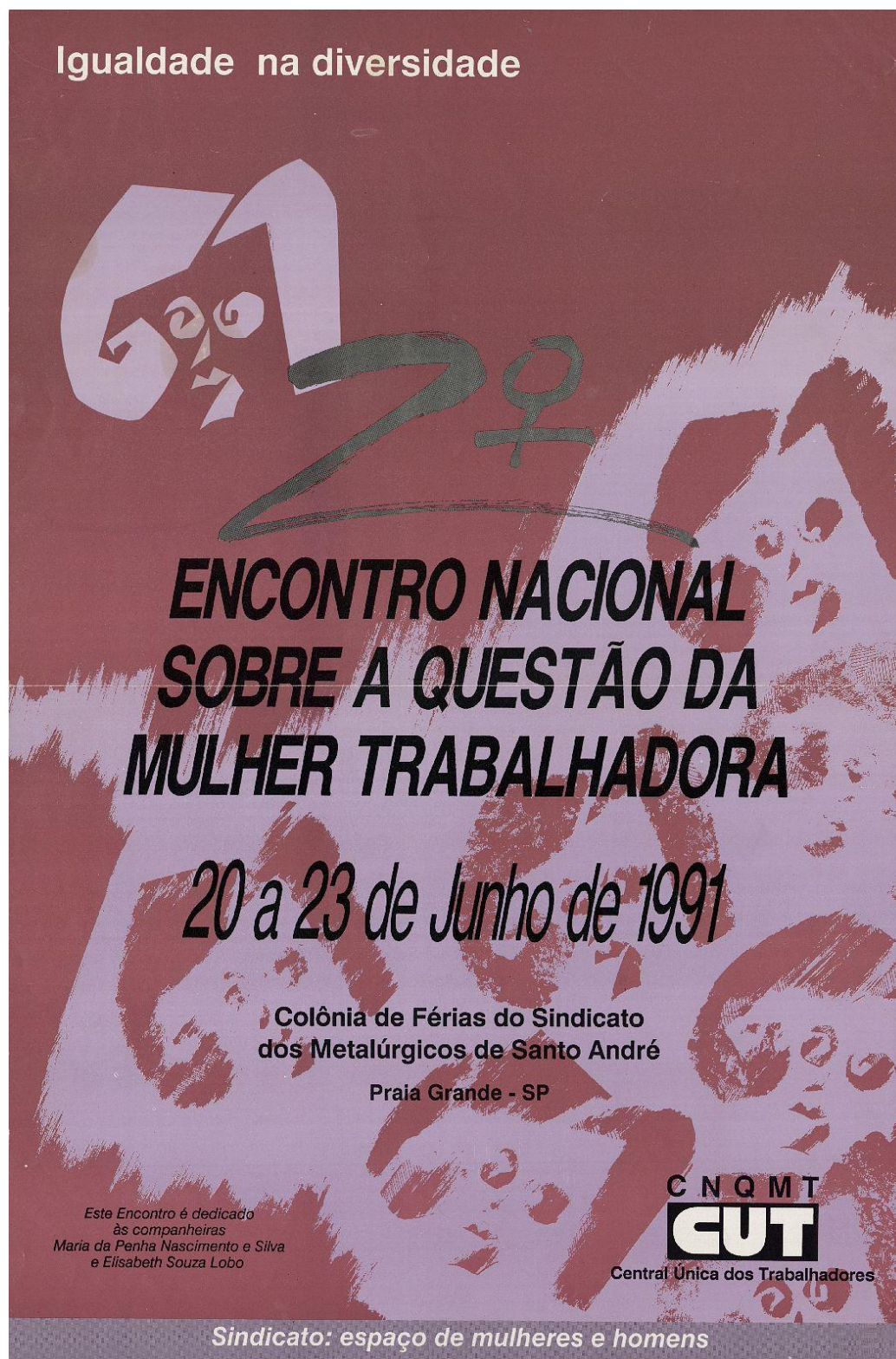
**Local:**  
Colônia de Férias do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André SP  
Rua dos Sindicatos, 815 Cidade Ocean Praia Grande SP

**Promoção:**  
Secretaria Nacional de Política Sindical e Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT

Fonte: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)



Anexo B - Cartaz de divulgação do 2º Encontro Nacional da Questão da Mulher  
Trabalhadora - 1991



Fonte: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)



Anexo C - Cartaz de divulgação do 5º Encontro Nacional da Questão da Mulher  
Trabalhadora - 2000



Fonte: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)



Anexo D - Cartaz de divulgação do 6º Encontro Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora - 2003



Fonte: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)

**Anexo E – Didice Delgado – Assistente Social - Coordenadora da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora de 1987 à 1993, no primeiro encontro nacional da questão da mulher trabalhadora da CUT- 1988**



Fonte: Acervo CUT

**Anexo F – Luci Paulino de Aguiar – Metalúrgica - Coordenadora da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora de 1994 à 1997.**



Fonte: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)



**Anexo G – Maria Ednalva Bezerra de Lima – Professora - Coordenadora da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora de 1997 à 2009.**



Fonte: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)

**Anexo H – Rosane Silva – Sapateira - Coordenadora da Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora de 2009 à 2015.**



Fonte: Centro de Documentação e Memória Sindical da CUT (CEDOC CUT)